



M0001

0001

0001

Março/2024

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

Concurso Público para o Provimento de Vagas de TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA

Nome do Candidato Caderno de Prova 'J10', Tipo 002	Nº de Inscrição MODELO	Nº do Caderno TIPO-002
Nº do Documento 000000000000000000	ASSINATURA DO CANDIDATO	

PROVA

Conhecimentos Básicos Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A leitura traz ao homem plenitude; o discurso, segurança; e a escrita, precisão.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
- contém 60 questões - numeradas de 01 a 60
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.



VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

LÍNGUA PORTUGUESA

1 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 10.

O viajante clandestino

– Não é arvião. Diz-se: avião.

O menino estranhou a emenda de sua mãe. Não mencionava ele uma criatura do ar? A criança tem a vantagem de estreitar o mundo, iniciando outro matrimônio entre as coisas e os nomes. Outros a elas se assemelham, à vida sempre recém-chegando. São os homens em estado de poesia, essa infância autorizada pelo brilho da palavra.

– Mãe: avioneta é a neta do avião?

Vamos para a sala de espera, ordenou a mãe. Sala de esperas? Que o miúdo acreditava que todas as salas fossem iguais, na viscosa espera de nascer sempre menos. Ela lhe admoestou, prescrevendo juízo. Aquilo era um aeroporto, lugar de respeito. A senhora apontou os passageiros, seus ares graves, soturnos. O menino mediu-se com aquele luto, aceitando os deveres do seu tamanho. Depois, se desenrolou do colo materno, fez sua a sua mão e foi à vidraça. Espreitou os imponentes ruídos, alertou a mãe para um qualquer espanto. Mas a sua voz se afogou no tropel dos motores.

Eu assistia a criança. Procurava naquele aprendiz de criatura a ingenuidade que nos autoriza a sermos estranhos num mundo que nos estranha. Frágeis onde a mentira credencia os fortes.

Seria aquele menino a fratura por onde, naquela toda frieza, espreitava a humanidade? No aeroporto eu me salvava da angústia através de um exemplar da infância. Valha-nos nós.

O menino agora contemplava as traseiras do céu, seguindo as fumagens, lentas pegadas dos instantâneos aviões. Ele então se fingiu um aeroplano, braços estendidos em asas. Descolava do chão, o mundo sendo seu enorme brinquedo. E viajava por seus infinitos, roçando as malas e as pernas dos passageiros entediados. Até que a mãe debitou suas ordens. Ele que recolhesse a fantasia, aquele lugar era pertença exclusiva dos adultos.

– Arranja-te. Estamos quase a partir.

– Então vou despedir do passaporteiro.

A mãe corrigiu em dupla dose. Primeiro, não ia a nenhuma parte. Segundo, não se chamava assim ao senhor dos passaportes. Mas só no presente o menino se deixava calar. Porque, em seu sonho, mais adiante, ele se proclama:

– Quando for grande quero ser passaporteiro.

E ele já se antefruía, de farda, dentro do vidro. Ele é que autorizava a subida aos céus.

– Vou estudar para migraceiro.

– És doido, filho. Fica quieto.

O miúdo guardou seus jogos, constrito. Que criança, neste mundo, tem vocação para adulto?

Sáímos da sala para o avião. Chuviscava. O menino seguia seus passos quando, na lisura do alcatrão, ele viu o sapo. Encharcado, o bicho saltitava. Sua boca, maior que o corpo, traduzia o espanto das diferenças. Que fazia ali aquele representante dos primórdios, naquele lugar de futuros apressados?

O menino parou, observador, cuidando os perigos do batráquio. Na imensa incompreensão do asfalto, o bicho seria esmagado por cega e certa roda.

– Mãe, eu posso levar o sapo?

A senhora estremeceu de horror. Olhou vergonhada, pedindo desculpas aos passantes. Então, começou a disputa. A senhora obrigava o braço do filho, os dois se teimavam. Venceu a secular maternidade. O menino, murcho como acento circunflexo, subiu as escadas, ocupou seu lugar, ajeitou o cinto. Do meu assento eu podia ver a tristeza desembrulhando líquidas missangas no seu rosto. Fiz-lhe sinal, ele me encarou de soslado. Então, em seu rosto se acendeu a mais grafa bandeira de felicidade. Porque do côncavo de minhas mãos espreitou o focinho do mais clandestino de todos os passageiros.

(Adaptado de: COUTO, Mia. Cronicando. Lisboa: Caminho, 1991)

O conto O viajante clandestino é narrado

- A) por um membro da companhia aérea.
 - B) por um passageiro do avião.
 - C) pela mãe do menino.
 - D) pelo menino.
 - E) por um narrador onisciente, que não participa da história.
-

2 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Em vários momentos do conto, a mãe corrige atitudes do menino. Entre os trechos a seguir, o único em que isso NÃO acontece é

- A) Depois, se desenrolou do colo materno, fez sua a sua mão e foi à vidraça. (4º parágrafo)
 - B) A senhora obrigava o braço do filho, os dois se teimavam. Venceu a secular maternidade. (19º parágrafo)
 - C) – Não é arvião. Diz-se: avião. (1º parágrafo)
 - D) Até que a mãe debitou suas ordens. Ele que recolhesse a fantasia, aquele lugar era pertença exclusiva dos adultos. (7º parágrafo)
 - E) A mãe corrigiu em dupla dose. (10º parágrafo)
-

3 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Segundo o narrador, assim como as crianças, também teriam a capacidade de brincar com o sentido das palavras:

- A) os viajantes.
 - B) os homens que viveram uma boa infância.
 - C) os escritores.
 - D) as mães.
 - E) os adultos.
-

4 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Considere as seguintes afirmações a respeito de palavras criadas pelo menino.

I. Arvião: o prefixo a-, em avião, foi alterado para ar-, aproximando, assim, o nome do objeto daquilo que ele representa de fato: “algo que voa no ar”.

II. Avioneta: a palavra avião foi unida à palavra neta, formando (após pequena alteração) o termo usado para nomear aquela que seria “a neta do avião”.

III. Migraceiro; acrescentou-se o sufixo -eiro, que indica uma atividade ou profissão, ao radical migr; criou-se, dessa forma, o nome do profissional que trabalha com migração.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- A) III.
 - B) I.
 - C) I e III.
 - D) II e III.
 - E) II.
-

5 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) O viajante clandestino a quem o título do conto se refere é

- A) o próprio autor, que narra a cena às escondidas.
 - B) a mãe que pretendia viajar sem incomodar os demais passageiros.
 - C) o menino que não sabia como se comportar em um avião.
 - D) o passageiro que observa toda a cena sem que o percebam.
 - E) o sapo que embarca com um passageiro.
-

6 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Ao se passar para o discurso indireto o trecho – És doido, filho. Fica quieto. (14º parágrafo), os verbos sublinhados assumem as respectivas formas:

- A) fora / fique
 - B) era / ficaria
 - C) era / ficasse
 - D) seria / fique
 - E) seria / ficasse
-

7 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Considere o trecho a seguir.

A senhora estremeceu de horror. Olhou vergonhada, pedindo desculpas aos passantes. Então, começou a disputa. A senhora obrigava o braço do filho [...] Venceu a secular maternidade. (19º parágrafo)

Mantêm-se a correção gramatical e, em linhas gerais, o sentido original do trecho acima em:

- A) Horrorizada e envergonhada, a mãe olhava para os passantes e se desculpava. Então agrediu ao filho segurando o seu braço. Venceu a maternidade, que já existia há séculos.
 - B) A mãe ficou horrorizada e, envergonhada, pedia desculpas a quem passava. Imediatamente começou a disputa: ela segurava o braço do filho. Venceu a tão tradicional maternidade.
 - C) A senhora estremeceu de horror e olhou envergonhada. Depois pediu desculpas às pessoas que passavam. Começava a disputa: ela puxava o filho pelo braço. Venceu a mãe, que já estava nessa função a muito tempo.
 - D) Horrorizada, a senhora sentiu muita vergonha e pediu desculpas aqueles que passavam por ali. Então os dois começaram a disputa: a mãe puxando o braço do filho. Venceu a mãe com toda a sua experiência.
 - E) Embora estivesse tremendo de horror, a mãe pediu desculpas às pessoas do entorno. Contudo, começou uma disputa com o filho, do qual ela havia pego o braço. Como acontece com todas as mães desde sempre, ela venceu.
-

8 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Está gramaticalmente correta a redação da seguinte frase:

- A) O passageiro divertia-se com o menino enquanto esperava o seu voo e organizava seus papeis.
 - B) No saguão do aeroporto, o menino, muito ansioso esperava o seu voo.
 - C) Muitos passageiros cujas as partidas ocorreriam em breve também esperavam por ali.
 - D) Viajar com o menino costumava ser agradável; a única exceção era quando ele começava a tagarelar.
 - E) O medo da mãe era que, um dia, o menino encontra-se em seu caminho alguém sem tanta paciência.
-

9 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Em Procurava naquele aprendiz de criatura a ingenuidade que nos autoriza a sermos estranhos num mundo que nos estranha. (5º parágrafo), a palavra sublinhada refere-se a

- A) ingenuidade.
 - B) criatura.
 - C) nos.
 - D) aprendiz de criatura.
 - E) estranhos.
-

10 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Mas só no presente o menino se deixava calar. Porque, em seu sonho, mais adiante, ele se proclama (10º parágrafo).

Considerando o contexto, o termo sublinhado pode ser substituído, sem que haja prejuízo para o sentido do texto, por

- A) De modo que.
 - B) Embora.
 - C) Entretanto.
 - D) Logo.
 - E) Porquanto.
-

MATEMÁTICA

11 - (1º Simulado Geral. 2023. FCC) Carlos, Danilo e Eduardo vão prestar vestibular no próximo ano para Engenharia, Oceanografia e Geografia, não necessariamente nessa ordem. Além disso, os cursos pertencem a três universidades diferentes, Uniazul, Univerde e Unibranco. Danilo vai prestar na Uniazul, Carlos quer ser engenheiro e quem quer ser geógrafo vai para a Unibranco. Está correto afirmar que

- A) Carlos vai prestar vestibular na Univerde e Danilo na Uniazul.
 - B) Danilo vai prestar vestibular para Oceanografia e Eduardo vai prestar vestibular para Geografia na Univerde.
 - C) Carlos vai prestar vestibular para Engenharia na Uniazul e Danilo vai prestar vestibular para Oceanografia.
 - D) Carlos vai prestar vestibular na Univerde e Eduardo vai prestar vestibular para Oceanografia.
 - E) Carlos vai prestar vestibular para Engenharia e Eduardo vai prestar vestibular na Uniazul.
-

12 - (1º Simulado Geral. 2023. FCC) Um ortopedista observou que 70% de seus pacientes pararam de sentir dor sem remédios e não precisaram de fisioterapia, O restante recebeu indicação de fisioterapia. Ele também observou que apenas 80% de seus pacientes com indicação de fisioterapia compareceram ao tratamento e que todos tiveram melhora em seu quadro de dor. Sabendo-se que 6 desses pacientes não fizeram fisioterapia, o total de pacientes observados pelo ortopedista foi

A) 120

B) 80

C) 100

D) 70

E) 200

13 - (1º Simulado Geral. 2023. FCC) Em um restaurante, a entrada custa R\$ 24,00, o prato principal custa R\$ 46,00 e a sobremesa R\$ 20,00. De segunda a quinta-feira, a entrada tem um desconto de 50% e a sobremesa tem um desconto de 10%. Nas sextas, sábados e domingos, não há descontos. O valor médio semanal gasto por uma pessoa que almoça todos os dias nesse restaurante, e que sempre pede o menu completo, é

A) R\$ 79,00

B) R\$ 83,00

C) R\$ 82,00

D) R\$ 81,00

E) R\$ 78,00

14 - (1º Simulado Geral. 2023. FCC) Em uma urna há 15 cartões numerados de 1 a 15. Carla retira, sem olhar, um cartão por vez, até observar um múltiplo de 3. O maior número de cartões que Carla poderá retirar é

A) 3

B) 8

C) 11

D) 6

E) 9

15 - (1º Simulado Geral. 2023. FCC) Em um condomínio, as casas são numeradas com números de 4 algarismos. Os dois primeiros identificam a rua e os demais, a casa. Por exemplo, 0315 é o número da casa 15 que fica na rua 03. A numeração das ruas é sequencial, começando com a rua 01, e, em cada rua, a numeração das casas é sequencial, começando com a casa 01. Na rua principal, que é também a rua 01, há 30 casas e nas demais ruas há 20 casas em cada uma. Se o condomínio tem, ao todo, 20 ruas, o número de algarismos 3 necessários para numerar todas as casas é

- A) 82
 - B) 80
 - C) 92
 - D) 90
 - E) 100
-

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

16 - (1º Simulado Geral. 2022. FCC) A Lei Federal no 13.146/2015, em seu Artigo 27, estabelece que *A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.* Considerando o estabelecido nesse artigo, a escola e seus profissionais devem

- A) desenvolver atividades das quais os alunos com deficiência consigam participar, para não os desestimular e integrá-los à turma.
 - B) solicitar a presença de um profissional que auxilie no cuidado com os alunos com deficiência, para atender aos demais estudantes.
 - C) promover a inclusão dos alunos com deficiência que possuam condições de desenvolver as atividades propostas pelos professores das classes comuns.
 - D) garantir que os alunos com deficiência sejam atendidos por professores especializados, pois estes compreendem melhor os problemas destes estudantes.
 - E) assegurar a inclusão dos alunos com deficiência, de forma planejada e condizente com as necessidades de cada estudante.
-

17 - (1º Simulado Geral. 2022. FCC) Mirtes, de 25 anos, compareceu ao INSS de Salvador, Bahia, acompanhada de Josenilda, de 66 anos. Ambas necessitavam de atendimento pessoal naquele órgão de Previdência. De acordo com a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que versa sobre a prioridade de atendimento, é correto afirmar, sobre o atendimento de ambas, que

A) Mirtes terá assegurado, o seu atendimento na forma junta e acessória com Josenilda, ou seja, na prioridade de pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos.

B) Josenilda e Mirtes não terão o atendimento prioritário, já que o INSS possui grande fluxo de idosos e não se aplicam o acesso junto e acessório a titular de prioridade.

C) Josenilda terá o atendimento prioritário, já que tem mais de 60 anos e Mirtes será atendida sem prioridade, pois, na qualidade de acompanhante, só faria jus a atendimento prioritário, na forma da lei, caso estivesse acompanhada de pessoa com criança de colo, lactante ou pessoa obesa.

D) o atendimento de Josenilda será na prioridade de pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos, sendo que o atendimento de Mirtes será sem qualquer prioridade, tendo em vista o caráter personalíssimo da norma.

E) Josenilda terá o atendimento prioritário, já que tem mais de 60 anos, já Mirtes será atendida sem qualquer prioridade, já que pela norma só teria atendimento na mesma prioridade da titular, caso estivesse na qualidade de atendente pessoal, devidamente comprovada por carteira profissional ou outro instrumento contratual, e não na qualidade de acompanhante.

18 - (1º Simulado Geral. 2021. FCC) Carlos é deficiente visual e possui cartão de crédito e de movimentação bancária com caracteres de identificação em braile. Manoel, seu colega e também deficiente visual, pretende obter o mesmo kit de Carlos, que contém os seguintes itens: etiqueta em braile; identificação do tipo de cartão em braile; fita adesiva e porta-cartão. A propósito do tema e nos termos da Lei nº 10.098/2000,

A) o kit a que se refere o enunciado deve ser garantido às pessoas com deficiência, quando por elas solicitado, havendo, no entanto, custo adicional para seu fornecimento.

B) o kit a que se refere o enunciado deverá conter, no máximo, os quatro itens citados, quais sejam, etiqueta em braile; identificação do tipo de cartão em braile; fita adesiva e porta-cartão.

C) o porta-cartão deverá possuir tamanho suficiente para que constem todas as informações necessárias, não sendo indicado ao transporte pela pessoa com deficiência visual.

D) a etiqueta em braile corresponde a filme transparente fixo ao cartão com informações em braile, com a identificação do tipo do cartão e os quatro dígitos finais do número do cartão.

E) a identificação do tipo de cartão em braile corresponde ao primeiro dígito, da esquerda para a direita, identificador do tipo de cartão.

19 - (1º Simulado Geral. 2024. ACAFE. Adaptada) Nos termos da Lei nº 7.853/89, constitui crime punível com reclusão de 02 a 05 anos, e multa:

- I. Obstar inscrição em concurso público ou acesso de alguém a qualquer cargo ou emprego público, em razão de sua deficiência.
- II. Negar ou obstar emprego, trabalho ou promoção à pessoa em razão de sua deficiência.
- III. Recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial à pessoa com deficiência.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a proposição II está correta.
 - B) Apenas as proposições II e III estão corretas.
 - C) Apenas a proposição III está correta.
 - D) As proposições I, II e III estão corretas.
 - E) Apenas as proposições I e III estão corretas.
-

20 - (1º Simulado Geral. 2024. Cesgranrio) O Decreto n.º 5.904, de 21 de setembro de 2006, regulamentou a Lei n.º 11.126, de 27 de junho de 2005, que havia garantido à pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia o direito de ingressar e de permanecer com o animal em todos os meios de transporte e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privados de uso coletivo. De acordo com esse decreto, assinale a alternativa correta:

- A) O ingresso e a permanência de cão em fase de socialização ou treinamento poderão ocorrer mesmo sem a companhia de seu treinador, instrutor ou acompanhantes habilitados.
 - B) O ingresso de cão-guia é permitido mesmo nos locais em que seja obrigatória a esterilização individual.
 - C) É excepcionalmente permitida a exigência do uso de focinheira nos cães-guia.
 - D) Fica proibido o ingresso de cão-guia em estabelecimentos de saúde nos setores de isolamento, quimioterapia, transplante, assistência a queimados, centro cirúrgico, central de material e esterilização, unidade de tratamento intensivo e semi-intensivo, em áreas de preparo de medicamentos, farmácia hospitalar, em áreas de manipulação, processamento, preparação e armazenamento de alimentos e em casos especiais ou determinados pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar dos serviços de saúde.
 - E) É permitida a cobrança de valores, tarifas ou acréscimos vinculados, direta ou indiretamente, ao ingresso ou à presença de cão-guia.
-

DIREITO CONSTITUCIONAL

21 - (1º Simulado Geral. 2021. FCC) São, respectivamente, fundamento e objetivo fundamental da República:

- A) a erradicação da pobreza e a não intervenção.
 - B) o pluralismo político e a independência nacional.
 - C) a solução pacífica dos conflitos e a prevalência dos direitos humanos.
 - D) a defesa da paz e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
 - E) a dignidade da pessoa humana e a garantia do desenvolvimento nacional.
-

22 - (1º Simulado Geral. 2022. FCC) Quanto ao mandado de segurança, a legislação vigente estabelece que

- A) conceder-se-á sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, praticado por autoridade pública.
 - B) de natureza subsidiária em relação ao habeas corpus e ao habeas data, presta-se a tutelar direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuição do Poder Público.
 - C) o mandado de segurança coletivo não pode ser impetrado por partido político que não tenha representação nas duas Casas do Congresso Nacional, concomitantemente.
 - D) a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
 - E) presta-se à retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou de caráter público.
-

23 - (1º Simulado Geral. 2019. FCC) Pablo, viúvo, estrangeiro, faleceu em sua terra natal, onde era domiciliado, deixando dois únicos filhos: Marina, brasileira naturalizada, e Gabriel, brasileiro nato. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a sucessão dos imóveis de Pablo situados no Brasil será regulada

- A) pela lei pessoal de Pablo em relação a Marina e pela lei brasileira em relação a Gabriel.
 - B) sempre pela lei brasileira, uma vez que os imóveis se encontram no Brasil, ainda que a lei pessoal de Pablo seja mais favorável a Marina e Gabriel.
 - C) sempre pela lei pessoal de Pablo, uma vez que ele nasceu em território estrangeiro, ainda que a lei brasileira seja mais favorável a Marina e Gabriel.
 - D) pela lei brasileira, salvo se a lei pessoal de Pablo for mais favorável a Marina e Gabriel.
 - E) sempre pela lei pessoal de Pablo, uma vez que teve como último domicílio sua terra natal, ainda que a lei brasileira seja mais favorável a Marina e Gabriel.
-

24 - (1º Simulado Geral. 2023. FCC) Valentino e Clara, argentinos, vieram passar as férias no Brasil, onde Clara deu à luz Juan Carlos. Letícia, brasileira, estava na Alemanha a serviço do Brasil, lá nascendo sua filha Jade. Com base apenas nas informações fornecidas, Juan Carlos

- A) não é brasileiro e Jade é brasileira nata.
 - B) é brasileiro naturalizado e Jade é brasileira nata.
 - C) e Jade são brasileiros naturalizados.
 - D) e Jade são brasileiros natos.
 - E) não é brasileiro e Jade é brasileira naturalizada.
-

25 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Determinado Estado da Federação promulga uma lei que estabelece: Fica expressamente proibida a denominada linguagem neutra' na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, assim como em editais de concursos públicos. Diante do ordenamento jurídico vigente, a referida lei é

- A) inconstitucional somente na parte em que trata de editais de concursos públicos, diante da competência da União na matéria.
 - B) constitucional somente na parte em que trata de editais de concursos públicos, diante da competência suplementar dos Estados na matéria.
 - C) inconstitucional, por tratar de matéria de competência legislativa dos Municípios.
 - D) constitucional, por tratar de matéria de competência concorrente entre União, Estados e o Distrito Federal, cabendo aos entes regionais, como no caso, legislar para atender a suas peculiaridades.
 - E) inconstitucional, por tratar de matéria de competência legislativa da União.
-

26 - (1º Simulado Geral. 2021. FCC) O artigo 49 da Constituição Federal define as hipóteses de competência exclusiva do Congresso Nacional, para a qual não é exigida a sanção presidencial. É hipótese de competência exclusiva do Congresso Nacional:

- A) Escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.
 - B) Legislar sobre limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União.
 - C) Estabelecer as regras para telecomunicações e radiodifusão.
 - D) Dispor sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal.
 - E) Alterar as regras para incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas.
-

27 - (1º Simulado Geral. 2019. FCC) Sobre as finanças públicas na Constituição Federal,

A) a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei ordinária.

B) a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco do Brasil.

C) os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues de uma única vez, no início do ano corrente.

D) lei complementar disporá sobre finanças públicas.

E) é vedado a qualquer banco conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

DIREITO ADMINISTRATIVO

28 - (1º Simulado Geral. 2011. FCC) Os órgãos públicos

A) são classificados como entidades estatais.

B) têm autonomia política.

C) têm personalidade jurídica.

D) são soberanos.

E) são centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais.

29 - (1º Simulado Geral. 2017. Cebraspe/Cespe) A aplicação de advertência a servidor público, em decorrência do cometimento de infração funcional, demonstra o exercício do poder

A) regulamentar.

B) disciplinar.

C) hierárquico.

D) vinculado.

E) de polícia.

30 - (1º Simulado Geral. 2017. FCC) Considere que tenha tramitado regularmente um processo disciplinar contra determinado servidor público titular de cargo efetivo a fim de apurar sua responsabilidade pela prática de determinada infração. Constatada a autoria diante das provas, foi proferida decisão pela autoridade competente, imputando pena de demissão ao servidor. Não tendo havido recurso, foi o servidor desligado dos quadros da Administração pública. Em regular correição ocorrida na unidade no mesmo exercício, verificou-se que a autoridade apenas o servidor equivocadamente, pois aquela infração era sancionada com suspensão, aplicando-se a demissão somente nas hipóteses de reincidência, que não era o caso.

Diante desse cenário e no que se refere à validade do ato administrativo proferido,

A) o ato é eivado de vício que lhe acarreta nulidade absoluta, não necessitando de qualquer declaração de nulidade para sua retirada do mundo jurídico, posto que atos nulos não produzem efeitos jurídicos.

B) há nulidade no ato administrativo que imputou a sanção equivocada ao servidor, podendo ser revisto de ofício pela própria Administração, diante da ilegalidade apurada, retroagindo os efeitos à data em que a decisão foi proferida.

C) há nulidade relativa no ato administrativo, que permanecerá produzindo efeitos até que o particular cujos direitos foram lesados tome a iniciativa para requerer, judicial ou administrativamente a anulação, vedada a revisão de ofício pela Administração pública diante da falta de recurso voluntário por ocasião do processo disciplinar.

D) a irregularidade sanável constatada em regular correição já configura iniciativa da própria Administração pública, que poderá decidir, discricionariamente, se o desfazimento do ato se dará pelo corregedor no próprio procedimento de correição ou se será necessário provocar a autoridade hierarquicamente competente para o juízo de revisão da decisão.

E) será necessária decisão judicial declarando a nulidade do ato proferindo, considerando que o servidor punido em regular procedimento disciplinar não recorreu da decisão administrativa, bem como porque se trata de restabelecimento de vínculo com a Administração pública, o que não pode ser feito administrativamente.

31 - (1º Simulado Geral. 2015. AOCF) Em relação à responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa correta.

A) A União é responsabilizada por danos nucleares somente quando for culpada pelo dano.

B) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

C) Para a configuração de responsabilidade civil do Estado, não é necessário que haja nexo de causalidade.

D) As sociedades de economia mista que exploram atividade econômica não respondem pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.

E) No ordenamento jurídico brasileiro, vige o sistema da irresponsabilidade estatal, baseada no primado "the king can do no wrong".

32 - (1º Simulado Geral. 2022. FCC) A Lei nº 14.133/2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Em relação ao que se aplica a referida lei, considere:

I. Alienação e concessão de direito real de uso de bens.

II. Locação.

III. Contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.

IV. Contratações sujeitas a normas previstas em legislação própria.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, subordina-se ao regime desta lei o que consta APENAS de

A) III.

B) IV.

C) I e III.

D) II e IV.

E) I e II.

33 - (1º Simulado Geral. 2022. Vunesp) Fulano de Tal era Diretor Presidente de Organização Social responsável pela execução de contratos de gestão assinados com o Governo do Estado “X” para a administração de dois hospitais estaduais. Após investigações no âmbito de inquéritos civil e policial, o Ministério Público Estadual chegou à conclusão de que Fulano de Tal, em conluio com agentes públicos da Secretaria Estadual de Saúde, desviava dolosamente recursos repassados à organização para fins de enriquecimento pessoal e dos demais envolvidos. Dois anos após descoberto o esquema e ainda no curso de ação civil por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual contra Fulano de Tal e os agentes públicos envolvidos, Fulano de Tal vem a falecer, deixando apenas um filho menor de idade como seu único herdeiro.

A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar com base na legislação nacional que

A) a lei de improbidade administrativa não se aplica àqueles que, como Fulano de Tal, são representantes de entidades que não compõem a administração pública direta ou indireta, mas apenas aos agentes públicos que agiram em conluio com ele.

B) a simples nomeação por parte do Governador dos agentes públicos envolvidos no suposto esquema montado por Fulano de Tal é suficiente para a responsabilização do chefe do Poder Executivo por improbidade administrativa.

C) a comprovação do dolo em relação aos agentes públicos é desnecessária para fins de condenação por improbidade administrativa, na medida em que, comprovado o dano ao erário, fica evidente a falha na fiscalização do contrato por parte dos agentes responsáveis.

D) o filho de Fulano de Tal estará sujeito às penas de suspensão dos direitos políticos por até 14 (catorze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público.

E) o filho de Fulano de Tal, apesar de ser menor de idade, estará sujeito à obrigação de reparar o dano causado ao erário pelo pai, restituindo o valor desviado até o limite do valor da herança que lhe tenha sido transferida.

34 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Na esfera da administração pública, um programa de governo é composto por diversos projetos, daí a importância da gestão desses projetos. E, visando a organização que domine as técnicas e ferramentas da disciplina do gerenciamento de projetos, a fim de apoiá-los e viabilizá-los, tem-se a criação de

A) hub de projetos.

B) escritório de projetos.

C) executor de projetos.

D) folder de projetos.

E) cartela de projetos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

35 - (1º Simulado Geral. 2022. FCC) Os Estados, o espólio, o condomínio e a massa falida serão representados em Juízo, respectivamente,

- A) pelo Governador do Estado, pelo inventariante, pelo administrador ou síndico e pelo falido.
 - B) pelo Governador do Estado, pelo inventariante, pela assembleia de condôminos e pelo juiz.
 - C) por seus procuradores, pelo inventariante, pelo administrador ou síndico e pelo administrador judicial.
 - D) por seus procuradores, pelos herdeiros, pelo administrador ou síndico e pelo falido.
 - E) por seus procuradores, pelos herdeiros, pelo administrador ou síndico e pelo administrador judicial.
-

36 - (1º Simulado Geral. 2017. FCC) Miguel ajuizou ação de cobrança contra a empresa X, conseguindo demonstrar sua pretensão exclusivamente pela prova documental anexada com a inicial, cuja matéria é objeto de súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal. Neste caso, à luz do Código de Processo Civil, o juiz,

- A) liminarmente, desde que o autor demonstre o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, poderá conceder a tutela da evidência.
 - B) poderá conceder a tutela de evidência, após ouvir obrigatoriamente a parte contrária, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil ao processo.
 - C) liminarmente, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil ao processo, poderá conceder a tutela da evidência.
 - D) poderá conceder a tutela de evidência, após ouvir obrigatoriamente a parte contrária, desde que o autor demonstre o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
 - E) poderá conceder a tutela de urgência, após ouvir obrigatoriamente a parte contrária, desde que o autor comprove a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
-

37 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Suzane ajuizou demanda indenizatória, porém teve sua petição inicial indeferida, em razão de inépcia desta. Nessa situação, se Suzane interpuser apelação,

A) o recurso deverá ser indeferido, já que o CPC prevê expressamente o cabimento de agravo de instrumento para essa hipótese.

B) o réu deve ser intimado para tomar ciência do processo, sem, contudo, poder apresentar contrarrazões ao recurso.

C) os autos serão remetidos ao tribunal sem a citação da parte requerida.

D) o juiz poderá retratar-se no prazo de cinco dias.

E) no caso de reforma da sentença pelo tribunal, o prazo para contestação será iniciado a partir da publicação do acórdão no diário oficial.

38 - (1º Simulado Geral. 2023. FCC) Em ação movida por Pedro contra José, este arguiu, em preliminar de contestação, sua ilegitimidade passiva, indicando Patrícia como sujeito passivo da relação jurídica discutida no processo. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, o juiz deverá

A) facultar a Pedro a alteração da petição inicial para substituição do réu, sendo que, realizada a substituição, Pedro reembolsará as despesas de José, mas ficará isento do pagamento de honorários ao procurador deste.

B) facultar a Pedro a alteração da petição inicial para substituição do réu, sendo que, realizada a substituição, Pedro reembolsará as despesas de José e pagará honorários ao procurador deste.

C) extinguir o processo sem resolução do mérito, caso conclua pela ilegitimidade de José, sendo-lhe vedado facultar a Pedro a emenda da petição inicial para substituição do réu depois de apresentada a contestação.

D) extinguir o processo com resolução do mérito, caso conclua pela ilegitimidade de José, sendo-lhe vedado facultar a Pedro a emenda da petição inicial para substituição do réu depois de apresentada a contestação.

E) determinar a substituição de José por Patrícia, independentemente de pedido ou mesmo da concordância de Pedro, caso conclua que ela é, de fato, sujeito passivo da relação jurídica discutida no processo.

39 - (1º Simulado Geral. 2018. FCC) Na audiência de instrução e julgamento serão produzidas as provas orais, ouvindo-se

A) preferencialmente nesta ordem: o perito e os assistentes técnicos; o autor e o réu; e as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.

B) obrigatoriamente nesta ordem: o perito e os assistentes técnicos; o autor e o réu; e as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.

C) preferencialmente nesta ordem: o autor e o réu; as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu; e o perito e os assistentes técnicos.

D) obrigatoriamente nesta ordem: o autor e o réu; as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu; e o perito e os assistentes técnicos.

E) obrigatoriamente nesta ordem: o autor e o réu; o perito e os assistentes técnicos; e as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.

40 - (1º Simulado Geral. 2009. FCC) Nos processos perante o Juizado Especial Cível instituído pela Lei no 9.099/95, admitir-se-á

A) a assistência.

B) a intervenção de terceiro.

C) o litisconsórcio.

D) propositura de ação pelo preso.

E) propositura de ação em face de pessoa jurídica de direito público.

41 - (1º Simulado Geral. 2018. Outras) Considere as afirmações abaixo, de acordo com a Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial.

I - O uso do meio eletrônico, na tramitação dos processos judiciais, é admitido, indistintamente, nos processos civil, penal e trabalhista, bem como nos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.

II - Para o envio de petições, recursos e para a prática de atos processuais, por meio eletrônico, é obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário.

III - Os tribunais poderão criar Diário de Justiça eletrônico para a publicação de atos judiciais e administrativos próprios.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.

B) Apenas III.

C) Apenas I e II.

D) Apenas I e III.

E) I, II e III.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

42 - (1º Simulado Geral. 2021. FCC) Sobre a ação penal, de acordo com o Código de Processo Penal,

- A) o inquérito policial é indispensável para a propositura da ação penal pública incondicionada.
 - B) na ação penal pública condicionada à representação, sendo esta ato personalíssimo do ofendido, a sua morte acarreta a automática extinção da punibilidade do acusado.
 - C) se o querelante deixar de promover seu andamento durante 15 dias seguidos, a ação penal privada restará perempta.
 - D) a queixa, ainda quando a ação for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo.
 - E) o ofendido decairá no direito de queixa ou representação se não o exercer dentro do prazo de 6 meses, contados do dia do cometimento do fato delituoso.
-

43 - (1º Simulado Geral. 2014. FCC) Tendo em conta a disciplina do Código de Processo Penal em relação ao juiz, Ministério Público, acusado e defensor, assistentes e auxiliares da Justiça,

- A) a defesa técnica, quando realizada por defensor público ou dativo, será sempre exercida através de manifestação fundamentada.
 - B) o corréu no mesmo processo poderá intervir como assistente do Ministério Público.
 - C) as partes poderão intervir na nomeação do perito.
 - D) da decisão que não admitir o assistente do Ministério Público cabe apelação.
 - E) o juiz poderá exercer jurisdição no processo em que parente colateral de terceiro grau for parte no feito.
-

44 - (1º Simulado Geral. 2024. Inéditas) Quanto à prisão em flagrante, é correto afirmar que:

- A) Quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por uma testemunha, que tenha ouvido sua leitura na presença deste.
 - B) Na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, independentemente de ter prestado compromisso legal.
 - C) Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.
 - D) Dispensa-se a informação sobre a existência de filhos na lavratura do auto de prisão em flagrante.
 - E) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante.
-

45 - (1º Simulado Geral. 2024. Inéditas) A respeito da liberdade provisória, analise as seguintes assertivas:

I) Nos casos em que a fiança tiver sido prestada por meio de hipoteca, a execução será promovida no juízo cível pelo órgão do Ministério Público.

II) Se a fiança consistir em pedras, objetos ou metais preciosos, o juiz determinará a venda por leiloeiro ou corretor.

III) Nos casos em que couber fiança, o juiz, verificando a situação econômica do preso, poderá conceder-lhe liberdade provisória, sujeitando-o às obrigações constantes do Código de Processo Penal e a outras medidas cautelares, se for o caso.

Está correto o que se afirma em:

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) II e III, apenas.

D) III, apenas.

E) I, II e III.

46 - (1º Simulado Geral. 2015. FCC) Augusto é condenado a cumprir pena de 01 ano de reclusão pelo crime de falsidade ideológica. Habilitou-se durante o trâmite da ação penal um Assistente de Acusação. Inconformado com a condenação Augusto apresenta recurso de apelação para tentar reverter a sentença dentro do prazo de cinco dias. Assinado o termo de apelação Augusto terá prazo para arrazoar o recurso, previsto no Código de Processo Penal e, posteriormente, o Ministério Público terá direito ao mesmo prazo para contrarrazoar. Em seguida, o Assistente de Acusação poderá apresentar suas razões no prazo de:

A) 03 dias.

B) 48 horas.

C) 05 dias.

D) 08 dias.

E) 10 dias.

47 - (1º Simulado Geral. 2023. Cesgranrio) Em relação à comunicação de operações financeiras suspeitas e que podem se constituir em indícios do crime de lavagem de dinheiro, conforme preconiza a Lei nº 9.613, de 1998, tal comunicação deve ser feita à(ao)

- A) Comissão de Valores Mobiliários - CVM
 - B) Conselho Monetário Nacional – CMN
 - C) Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF
 - D) Banco Central do Brasil – BCB
 - E) Ministério Público
-

48 - (1º Simulado Geral. 2022. Vunesp) Marcelo Papelaria – ME, situada na Avenida da Saudade, no 100, propôs ação de demarcação em face de uma sociedade de economia mista, situada na Avenida da Saudade, nº 120, da qual a União é a principal acionista. A ação proposta tinha por objeto propor a fixação de novos limites, uma vez que o autor entende que a sociedade de economia mista está invadindo o seu terreno. A ação tem por valor da causa cinquenta salários-mínimos e, por tal razão, foi proposta perante Juizado Especial Cível Federal.

Considerando a situação hipotética, a referida ação

- A) não poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que microempresas não podem ser autoras nos Juizados Especiais Federais.
 - B) não poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que a matéria objeto da ação está expressamente excluída da competência dos Juizados Especiais Federais.
 - C) poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que sociedades de economia mista podem ser rés nos Juizados Especiais Federais.
 - D) poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal. No entanto, a competência para julgar seria do Juizado Especial Estadual, uma vez que, por tratar-se de ação demarcatória, a análise não cabe à União, mas sim ao Município ou ao Distrito Federal.
 - E) não poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que o valor da causa ultrapassa a alçada de quarenta salários- mínimos.
-

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

49 - (1º Simulado Geral. 2019. FCC) Perseu está se preparando para uma prova de concurso público para cargo de auditor do INSS. Dentre os pontos a serem cobrados em Direito Previdenciário e da Seguridade Social está a forma de gestão da Seguridade Social, conforme previsão da CF de 1988. Sobre a mesma, pode-se dizer que é

- A) centralizada na União, com gestão tripartite, com representantes dos trabalhadores, empregadores e do Governo.
 - B) descentralizada, com gestão quadripartite, com representantes dos trabalhadores, empregadores, aposentados e do Governo.
 - C) centralizada na União, com gestão paritária entre membros do Governo e representante dos aposentados.
 - D) descentralizada, com gestão tripartite, com representantes dos trabalhadores, empregadores e dos aposentados, sob coordenação do Governo.
 - E) centralizada na União, com gestão tripartite, contando com representantes dos trabalhadores, aposentados e do Governo.
-

50 - (1º Simulado Geral. 2022. FCC) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à

- A) educação, previdência e assistência social.
 - B) saúde, previdência e assistência social.
 - C) saúde, cultura e assistência social.
 - D) educação, cultura e comunicação social.
 - E) saúde, previdência e comunicação social.
-

51 - (1º Simulado Geral. 2018. FCC) Empregado, segurado obrigatório da Previdência Social, é aquele que presta serviço de natureza

- A) apenas urbana à empresa, em caráter eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
 - B) urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
 - C) apenas rural à empresa, em caráter eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
 - D) urbana ou rural à empresa, em caráter eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, exceto como diretor empregado.
 - E) urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sem subordinação e mediante remuneração, exceto como diretor empregado.
-

52 - (1º Simulado Geral. 2018. FCC) De acordo com a Lei nº 8.213/1991, o valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de

- A) 30%, acréscimo este que cessará com a morte do aposentado, não sendo incorporável ao valor da pensão.
 - B) 25%, acréscimo este que não cessará com a morte do aposentado, sendo incorporável ao valor da pensão.
 - C) 30%, ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal.
 - D) 25%, ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal.
 - E) 15%, acréscimo este que não cessará com a morte do aposentado, sendo incorporável ao valor da pensão.
-

53 - (1º Simulado Geral. 2018. FCC. Atualizada) Atenção: Para responder à questão, considere a Lei nº 8.213/1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

Sobre os períodos de carência, considere:

- I. Apenas a pensão por morte e o salário-família são devidos sem observância de quaisquer períodos de carência.
- II. O período de carência do auxílio-doença será sempre de 12 contribuições mensais, independente da causa da doença.
- III. O auxílio-reclusão será devido aos dependentes do segurado sem a exigência de qualquer período de carência.
- IV. A aposentadoria especial tem prazo de carência de 180 contribuições mensais.

Está correto o que consta APENAS em

- A) II e IV.
 - B) IV.
 - C) I e II.
 - D) II e III.
 - E) I e IV.
-

54 - (1º Simulado Geral. 2014. FCC) No caso de falecimento da segurada que fizer jus ao recebimento do salário-maternidade, o benefício

- A) cessará, uma vez que a prestação é devida exclusivamente à segurada.
 - B) será pago, por todo o período ou pelo tempo restante a que teria direito, ao cônjuge ou companheiro sobrevivente que tenha a qualidade de segurado.
 - C) será pago aos representantes legais da criança, caso tenham a qualidade de segurado.
 - D) será transformado em pensão por morte.
 - E) será transformado em pecúlio.
-

DIREITO TRIBUTÁRIO

55 - (1º Simulado Geral. 2003. FCC) O empréstimo compulsório poderá ser instituído

- A) pelas empresas públicas, autarquias e fundações no caso de urgência e interesse público relevante, não sendo necessário que ele seja cobrado no mesmo exercício financeiro em que foi criado.
 - B) pelos Estados e Municípios para atender a despesas extraordinárias de calamidades públicas, de conflito social ou sua iminência, devendo observar o princípio da legalidade.
 - C) pela União no caso de investimento público de caráter urgente e relevante interesse nacional, observando-se que não poderá ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu.
 - D) pela União, sempre que houver necessidade de intervenção no domínio econômico de interesse de categorias profissionais ou econômicas, devendo observar o princípio da legalidade.
 - E) pelos Municípios nos casos de sistemas ou fundos de seguridade e assistência social, cobrada apenas de seus servidores, para o respectivo custeio em benefício destes, observando-se o princípio da legalidade.
-

56 - (1º Simulado Geral. 2019. FCC) Considerando as limitações ao poder de tributar impostas pela Constituição Federal de 1988 aos entes federados, tem-se que

A) é vedado aos entes federados instituir tratamento tributário não uniforme em todo o território nacional, salvo em razão da procedência e destino do bem ou serviço tributado.

B) apenas os impostos sujeitam-se ao princípio da anterioridade, de forma que as taxas e contribuições de melhoria podem incidir sobre fatos geradores ocorridos antes da lei que as instituir, desde que a cobrança ocorra no exercício subsequente.

C) a vedação à tributação recíproca entre entes federados alcança todas as espécies tributárias, não impedindo, contudo, a tributação, pela União, dos ganhos de capital de Estados e Municípios com a alienação de imóveis não afetados a serviço público.

D) as taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos e, assim como estes, somente podem ser cobradas no exercício posterior à sua instituição e após noventa dias da publicação da lei de criação.

E) é vedada a instituição, em caráter permanente ou temporário, de quaisquer impostos extraordinários ou especiais, não constantes do rol exaustivo previsto pela Constituição Federal de 1988.

57 - (1º Simulado Geral. 2023. FCC) Conforme estabelece o Código Tributário Nacional, a obrigação tributária principal surge com

A) a ocorrência do fato gerador e a obrigação tributária acessória decorre da legislação tributária.

B) a sujeição ativa e a obrigação tributária acessória decorre da sujeição passiva.

C) a capacidade tributária e a obrigação tributária acessória decorre da solidariedade tributária.

D) o lançamento tributário e a obrigação tributária acessória decorre do crédito tributário.

E) a administração tributária e a obrigação tributária acessória decorre da fiscalização tributária.

58 - (1º Simulado Geral. 2019. FCC) No capítulo que trata de responsabilidade tributária, o Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que

A) a pessoa jurídica de direito privado que resultar de cisão, fusão ou incorporação de outra é responsável apenas pelos tributos devidos após a data do ato, sendo que os débitos anteriores ao ato são de responsabilidade integral das pessoas jurídicas cindidas, fundidas ou incorporadas, e seus respectivos sócios, titulares, controladores e gestores.

B) a responsabilidade dos sucessores ocorre quando pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, adquire, em leilão judicial, fundo de comércio ou estabelecimento, comercial, industrial ou profissional, em processo de falência, e continua a exploração da respectiva atividade.

C) em processo da falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de um ano, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais ou de créditos que preferem ao tributário.

D) a responsabilidade relativa às infrações à legislação tributária é excluída na hipótese de denúncia espontânea, desde que acompanhada de recolhimento, ou de parcelamento, do valor integral do tributo, acrescido dos juros de mora e multa moratória devidos.

E) em regra, o crédito tributário não pode ser exigido de terceiro, que não seja o contribuinte ou o responsável, mas admite tal cobrança, com caráter solidário e sem benefício de ordem, em relação aos pais e avós pelos tributos devidos por seus filhos e netos menores e em relação aos sócios, pelos tributos devidos pela sociedade simples ou empresarial.

59 - (1º Simulado Geral. 2021. FCC) De acordo com a disciplina do Código Tributário Nacional, a decadência tributária tem seu prazo de fluência

A) computado em dobro, quando a pessoa jurídica de direito público interno competente para instituir e lançar o tributo tiver sido constituída, há menos de dez anos, pelo desmembramento territorial de outra.

B) contado, entre outras hipóteses, da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

C) computado em dobro, relativamente ao lançamento de taxas, quando o Município tiver sido assolado por catástrofes climáticas durante dois exercícios consecutivos ou por três exercícios intercalados.

D) interrompido pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.

E) reduzido em cinquenta por cento, quando o Município tiver sido assolado por calamidades públicas, por dois exercícios consecutivos, no mínimo, durante a fluência do prazo decadencial.

60 - (1º Simulado Geral. 2008. FCC) Se o sujeito passivo tem que prestar declaração com informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação, para só então o Fisco proceder ao lançamento, notificando o sujeito passivo, está-se diante da modalidade de lançamento

A) por homologação.

B) por autolançamento.

C) por declaração.

D) direto.

E) de ofício.

nome do candidato

nº da inscrição

assinatura do candidato



3 5 4 6 8 9 5 0 1 8 7 8 4

01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E

51	A	B	C	D	E
52	A	B	C	D	E
53	A	B	C	D	E
54	A	B	C	D	E
55	A	B	C	D	E
56	A	B	C	D	E
57	A	B	C	D	E
58	A	B	C	D	E
59	A	B	C	D	E
60	A	B	C	D	E

NÃO AMASSE,
NÃO DOBRE E
NÃO RASURE,
POIS NÃO
HAVERÁ
SUBSTITUIÇÃO
DESTA FOLHA DE
RESPOSTAS

DIGITAL



QUESTÕES COMENTADAS

LÍNGUA PORTUGUESA

1 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 10.

O viajante clandestino

– Não é arvião. Diz-se: avião.

O menino estranhou a emenda de sua mãe. Não mencionava ele uma criatura do ar? A criança tem a vantagem de estrear o mundo, iniciando outro matrimônio entre as coisas e os nomes. Outros a elas se assemelham, à vida sempre recém-chegando. São os homens em estado de poesia, essa infância autorizada pelo brilho da palavra.

– Mãe: avioneta é a neta do avião?

Vamos para a sala de espera, ordenou a mãe. Sala de esperas? Que o miúdo acreditava que todas as salas fossem iguais, na viscosa espera de nascer sempre menos. Ela lhe admoestou, prescrevendo juízo. Aquilo era um aeroporto, lugar de respeito. A senhora apontou os passageiros, seus ares graves, soturnos. O menino mediu-se com aquele luto, aceitando os deveres do seu tamanho. Depois, se desenrolou do colo materno, fez sua a sua mão e foi à vidraça. Espreitou os imponentes ruídos, alertou a mãe para um qualquer espanto. Mas a sua voz se afogou no tropel dos motores.

Eu assistia a criança. Procurava naquele aprendiz de criatura a ingenuidade que nos autoriza a sermos estranhos num mundo que nos estranha. Frágeis onde a mentira credencia os fortes.

Seria aquele menino a fratura por onde, naquela toda frieza, espreitava a humanidade? No aeroporto eu me salvava da angústia através de um exemplar da infância. Valha-nos nós.

O menino agora contemplava as traseiras do céu, seguindo as fumagens, lentas pegadas dos instantâneos aviões. Ele então se fingiu um aeroplano, braços estendidos em asas. Descolava do chão, o mundo sendo seu enorme brinquedo. E viajava por seus infinitos, roçando as malas e as pernas dos passageiros entediados. Até que a mãe debitou suas ordens. Ele que recolhesse a fantasia, aquele lugar era pertença exclusiva dos adultos.

– Arranja-te. Estamos quase a partir.

– Então vou despedir do passaporteiro.

A mãe corrigiu em dupla dose. Primeiro, não ia a nenhuma parte. Segundo, não se chamava assim ao senhor dos passaportes. Mas só no presente o menino se deixava calar. Porque, em seu sonho, mais adiante, ele se proclama:

– Quando for grande quero ser passaporteiro.

E ele já se antefruía, de farda, dentro do vidro. Ele é que autorizava a subida aos céus.

– Vou estudar para migraceiro.

– És doido, filho. Fica quieto.

O miúdo guardou seus jogos, constricto. Que criança, neste mundo, tem vocação para adulto?

Saímos da sala para o avião. Chuviscava. O menino seguia seus passos quando, na lisura do alcatrão, ele viu o sapo. Encharcado, o bicho saltitava. Sua boca, maior que o corpo, traduzia o espanto das diferenças. Que fazia ali aquele representante dos primórdios, naquele lugar de futuros apressados?

O menino parou, observador, cuidando os perigos do batráquio. Na imensa incompreensão do asfalto, o bicho seria esmagado por cega e certa roda.

– Mãe, eu posso levar o sapo?

A senhora estremeceu de horror. Olhou vergonhada, pedindo desculpas aos passantes. Então, começou a disputa. A senhora obrigava o braço do filho, os dois se teimavam. Venceu a secular maternidade. O menino, murcho como acento circunflexo, subiu as escadas, ocupou seu lugar, ajeitou o cinto. Do meu assento eu podia ver a tristeza desembulhando líquidas missangas no seu rosto. Fiz-lhe sinal, ele me encarou de soslado. Então, em seu rosto se acendeu a mais grafa bandeira de felicidade. Porque do côncavo de minhas mãos espreitou o focinho do mais clandestino de todos os passageiros.

(Adaptado de: COUTO, Mia. Cronicando. Lisboa: Caminho, 1991)

O conto O viajante clandestino é narrado

A) por um membro da companhia aérea.

B) por um passageiro do avião.

C) pela mãe do menino.

D) pelo menino.

E) por um narrador onisciente, que não participa da história.

Comentário

O conto O viajante clandestino é narrado claramente por um passageiro do avião:

"**No aeroporto** eu me salvava da angústia através de um exemplar da infância. Valha-nos nós."

"**Do meu assento** eu podia ver a tristeza desembulhando líquidas missangas no seu rosto. Fiz-lhe sinal, ele me encarou de soslado."

"Saímos da sala para o avião. Chuviscava. O menino seguia seus passos quando, na lisura do alcatrão, ele viu o sapo"

GABARITO B

2 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Em vários momentos do conto, a mãe corrige atitudes do menino. Entre os trechos a seguir, o único em que isso NÃO acontece é

- A) Depois, se desenrolou do colo materno, fez sua a sua mão e foi à vidraça. (4º parágrafo)
- B) A senhora obrigava o braço do filho, os dois se teimavam. Venceu a secular maternidade. (19º parágrafo)
- C) – Não é arvião. Diz-se: avião. (1º parágrafo)
- D) Até que a mãe debitou suas ordens. Ele que recolhesse a fantasia, aquele lugar era pertença exclusiva dos adultos. (7º parágrafo)
- E) A mãe corrigiu em dupla dose. (10º parágrafo)

Comentário

A) Depois, se desenrolou do colo materno, fez sua a sua mão e foi à vidraça. (4º parágrafo)

CORRETA. Essa é a única alternativa que não há a correção da mãe sobre as atitudes do menino. Neste trecho, o menino simplesmente se desenrola do colo da mãe, pega na mão dela e vai até a vidraça. Não há nenhuma menção a uma correção da mãe.

GABARITO A

3 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Segundo o narrador, assim como as crianças, também teriam a capacidade de brincar com o sentido das palavras:

- A) os viajantes.
- B) os homens que viveram uma boa infância.
- C) os escritores.
- D) as mães.
- E) os adultos.

Comentário

C) os escritores.

CORRETA. Embora o texto não mencione diretamente "escritores", ele utiliza a expressão "homens em estado de poesia" — aqueles que mantêm uma visão poética e brincam com o sentido das palavras, uma característica comum entre escritores. Vejamos o que o texto diz:

"O menino estranhou a emenda de sua mãe. Não mencionava ele uma criatura do ar? A criança tem a vantagem de estrear o mundo, iniciando outro matrimônio entre as coisas e os nomes. Outros a elas se assemelham, à vida sempre recém-chegando. São os homens em estado de poesia, essa infância autorizada pelo brilho da palavra."

GABARITO C

4 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Considere as seguintes afirmações a respeito de palavras criadas pelo menino.

I. Arvião: o prefixo a-, em avião, foi alterado para ar-, aproximando, assim, o nome do objeto daquilo que ele representa de fato: "algo que voa no ar".

II. Avioneta: a palavra avião foi unida à palavra neta, formando (após pequena alteração) o termo usado para nomear aquela que seria "a neta do avião".

III. Migraceiro; acrescentou-se o sufixo -eiro, que indica uma atividade ou profissão, ao radical migr; criou-se, dessa forma, o nome do profissional que trabalha com migração.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- A) III.
- B) I.
- C) I e III.
- D) II e III.
- E) II.

Comentário

I. Arvião: o prefixo a-, em avião, foi alterado para ar-, aproximando, assim, o nome do objeto daquilo que ele representa de fato: "algo que voa no ar".

INCORRETA. O A inicial faz parte da palavra primitiva, não se confundindo assim com um prefixo

II. Avioneta: a palavra avião foi unida à palavra neta, formando (após pequena alteração) o termo usado para nomear aquela que seria "a neta do avião".

CORRETA. De fato, o menino criou a palavra "avioneta" unindo "avião" com "neta", criando uma relação de descendência (neto/a) de maneira criativa. Vejamos: – Mãe: avioneta é a neta do avião?

III. Migraceiro; acrescentou-se o sufixo -eiro, que indica uma atividade ou profissão, ao radical migr; criou-se, dessa forma, o nome do profissional que trabalha com migração.

CORRETA. Pois, de fato, o menino criou a palavra "migraceiro" ao adicionar o sufixo "-eiro", que denota uma profissão, ao radical "migr", referindo-se a alguém que trabalha com migração.

GABARITO D

5 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) O viajante clandestino a quem o título do conto se refere é

- A) o próprio autor, que narra a cena às escondidas.
- B) a mãe que pretendia viajar sem incomodar os demais passageiros.
- C) o menino que não sabia como se comportar em um avião.
- D) o passageiro que observa toda a cena sem que o percebam.
- E) o sapo que embarca com um passageiro.

Comentário

E) o sapo que embarca com um passageiro.

CORRETA. De fato, o sapo é mencionado como sendo levado clandestinamente pelo narrador. No final do conto, é revelado que o narrador tem o sapo escondido nas mãos, fazendo dele o verdadeiro "viajante clandestino":

"Saímos da sala para o avião. Chuviscava. O menino seguia seus passos quando, na lisura do alcatrão, **ele viu o sapo**. Encharcado, o bicho saltiritava. Sua boca, maior que o corpo, traduzia o espanto das diferenças. Que fazia ali aquele representante dos primórdios, naquele lugar de futuros apressados? (...) Então, em seu rosto se acendeu a mais grafa bandeira de felicidade. Porque **do côncavo de minhas mãos espreitou o focinho do mais clandestino de todos os passageiros.**"

GABARITO E

6 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Ao se passar para o discurso indireto o trecho – És doido, filho. Fica quieto. (14º parágrafo), os verbos sublinhados assumem as respectivas formas:

- A) fora / fique
- B) era / ficaria
- C) era / ficasse
- D) seria / fique
- E) seria / ficasse

Comentário

A transformação do discurso direto em indireto exige algumas modificações na construção:

Discurso direto	⇒	Discurso indireto
1ª ou 2ª pessoa		3ª pessoa
pronomes "esse" ou "este"		pronomes "aquele"
modo indicativo ou imperativo		modo subjuntivo
presente		pretérito imperfeito
pretérito perfeito		pretérito mais-que-perfeito
futuro do presente		futuro do pretérito
futuro do subjuntivo		pretérito imperfeito do subjuntivo
frase imperativa ou interrogativa		frase declarativa

Atenção para uso dos marcadores de tempo:

Discurso direto	⇒	Discurso indireto
hoje		naquele dia
agora		naquele momento
amanhã		no dia seguinte
depois de amanhã		dois dias depois / dali a dois dias
ontem		no dia anterior
anteontem		dois dias antes
no próximo ano		no ano seguinte
no ano passado		no ano anterior
dois dias atrás		dois dias antes

No caso da nossa questão, os verbos "és" e "fica" estão no presente. Ao passar para o indireto, eles são alterados para refletir que a fala aconteceu no passado:

- És (presente) -> era (pretérito imperfeito do indicativo)
- Fica (imperativo) -> ficasse (pretérito imperfeito do subjuntivo)

GABARITO C

7 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Considere o trecho a seguir.

A senhora estremeceu de horror. Olhou vergonhada, pedindo desculpas aos passantes. Então, começou a disputa. A senhora obrigava o braço do filho [...] Venceu a secular maternidade. (19º parágrafo)

Mantêm-se a correção gramatical e, em linhas gerais, o sentido original do trecho acima em:

- A) Horrorizada e envergonhada, a mãe olhava para os passantes e se desculpava. Então agrediu ao filho segurando o seu braço. Venceu a maternidade, que já existia há séculos.
- B) A mãe ficou horrorizada e, envergonhada, pedia desculpas a quem passava. Imediatamente começou a disputa: ela segurava o braço do filho. Venceu a tão tradicional maternidade.
- C) A senhora estremeceu de horror e olhou envergonhada. Depois pediu desculpas às pessoas que passavam. Começava a disputa: ela puxava o filho pelo braço. Venceu a mãe, que já estava nessa função a muito tempo.
- D) Horrorizada, a senhora sentiu muita vergonha e pediu desculpas aqueles que passavam por ali. Então os dois começaram a disputa: a mãe puxando o braço do filho. Venceu a mãe com toda a sua experiência.
- E) Embora estivesse tremendo de horror, a mãe pediu desculpas às pessoas do entorno. Contudo, começou uma disputa com o filho, do qual ela havia pego o braço. Como acontece com todas as mães desde sempre, ela venceu.

Comentário

A) Horrorizada e envergonhada, a mãe olhava para os passantes e se desculpava. Então agrediu ao filho segurando o seu braço. Venceu a maternidade, que já existia há séculos.

INCORRETA. Pois o termo “então” deveria estar isolado por vírgulas, eis que se trata de uma CONJUNÇÃO COORDENATIVA CONCLUSIVA, responsável por expressar ideia de CONCLUSÃO.

B) A mãe ficou horrorizada e, envergonhada, pedia desculpas a quem passava. Imediatamente começou a disputa: ela segurava o braço do filho. Venceu a tão tradicional maternidade.

CORRETA. A palavra "envergonhada" está entre vírgulas para indicar como a mãe se sentia. Ademais, o uso dos dois-pontos serve para esclarecer o significado da expressão "a disputa". O trecho "ela segurava o braço do filho" explica o que era a disputa.

C) A senhora estremeceu de horror e olhou envergonhada. Depois pediu desculpas às pessoas que passavam. Começava a disputa: ela puxava o filho pelo braço. Venceu a mãe, que já estava nessa função a muito tempo.

INCORRETA. “a muito tempo” deveria estar grafado com “h”, pois exprime ideia de tempo decorrido.

D) Horrorizada, a senhora sentiu muita vergonha e pediu desculpas aqueles que passavam por ali. Então os dois começaram a disputa: a mãe puxando o braço do filho. Venceu a mãe com toda a sua experiência.

INCORRETA. Quem pede desculpas, pede desculpas A ALGUÉM. Essa preposição "a" deve se unir com o "a" que inicia o pronome demonstrativo "aqueles", formando o fenômeno da crase.

E) Embora estivesse tremendo de horror, a mãe pediu desculpas às pessoas do entorno. Contudo, começou uma disputa com o filho, do qual ela havia pego o braço. Como acontece com todas as mães desde sempre, ela venceu.

INCORRETA. O uso da conjunção “contudo” altera o sentido original.

GABARITO B

8 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Está gramaticalmente correta a redação da seguinte frase:

A) O passageiro divertia-se com o menino enquanto esperava o seu voo e organizava seus papéis.

B) No saguão do aeroporto, o menino, muito ansioso esperava o seu voo.

C) Muitos passageiros cujas as partidas ocorreriam em breve também esperavam por ali.

D) Viajar com o menino costumava ser agradável; a única exceção era quando ele começava a tagarelar.

E) O medo da mãe era que, um dia, o menino encontra-se em seu caminho alguém sem tanta paciência.

Comentário

A) O passageiro divertia-se com o menino enquanto esperava o seu voo e organizava seus papéis.

INCORRETA. Pois o correto é “papéis”. O vocábulo "papéis" é uma OXÍTONA terminada em "éis", o que justifica a manutenção do acento gráfico.

B) No saguão do aeroporto, o menino, muito ansioso esperava o seu voo.

INCORRETA. A vírgula não pode separar o sujeito (o menino) do verbo (esperava).

C) Muitos passageiros ~~cujas~~ as partidas ocorreriam em breve também esperavam por ali.

INCORRETA. Nunca se deve usar formas como "cujo o", "cujo a", "cujo os" e "cuja as". Elas são inadequadas, pois o próprio pronome "cujo" já se flexiona.

D) Viajar com o menino costumava ser agradável; a única exceção era quando ele começava a tagarelar.

CORRETA. Não se usa crase antes de verbo. Ademais, De acordo com a tradição gramatical, quando o sujeito é oracional (ou seja, quando o sujeito é um verbo), o verbo deve permanecer no singular.

E) O medo da mãe era que, um dia, o menino encontra-se em seu caminho alguém sem tanta paciência.

INCORRETA. O correto seria “encontrasse”, pois o termo “que” exige o emprego de verbo no modo subjuntivo.

GABARITO D

9 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Em Procurava naquele aprendiz de criatura a ingenuidade que nos autoriza a sermos estranhos num mundo que nos estranha. (5º parágrafo), a palavra sublinhada refere-se a

A) ingenuidade.

B) criatura.

C) nos.

D) aprendiz de criatura.

E) estranhos.

Comentário

O pronome relativo “que” retoma o termo imediatamente anterior, qual seja, ingenuidade.

GABARITO A

10 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Mas só no presente o menino se deixava calar. Porque, em seu sonho, mais adiante, ele se proclama (10º parágrafo).

Considerando o contexto, o termo sublinhado pode ser substituído, sem que haja prejuízo para o sentido do texto, por

- A) De modo que.
- B) Embora.
- C) Entretanto.
- D) Logo.
- E) Porquanto.

Comentário

“Porque”, no contexto da frase a ser analisada, está exprimindo ideia de explicação.

Logo, a opção que atende ao pedido do enunciado é a LETRA E [porquanto], já que ela também traz uma conjunção coordenativa explicativa.

GABARITO E

MATEMÁTICA

11 - (1º Simulado Geral. 2023. FCC) Carlos, Danilo e Eduardo vão prestar vestibular no próximo ano para Engenharia, Oceanografia e Geografia, não necessariamente nessa ordem. Além disso, os cursos pertencem a três universidades diferentes, Uniazul, Univerde e Unibranco. Danilo vai prestar na Uniazul, Carlos quer ser engenheiro e quem quer ser geógrafo vai para a Unibranco. Está correto afirmar que

- A) Carlos vai prestar vestibular na Univerde e Danilo na Uniazul.
- B) Danilo vai prestar vestibular para Oceanografia e Eduardo vai prestar vestibular para Geografia na Univerde.
- C) Carlos vai prestar vestibular para Engenharia na Uniazul e Danilo vai prestar vestibular para Oceanografia.
- D) Carlos vai prestar vestibular na Univerde e Eduardo vai prestar vestibular para Oceanografia.
- E) Carlos vai prestar vestibular para Engenharia e Eduardo vai prestar vestibular na Uniazul.

Comentário

Vamos inserir as informações na tabelinha para facilitar a resolução:

- Danilo vai prestar na Uniazul;
- Carlos quer ser engenheiro;
- quem quer ser geógrafo vai para a Unibranco, sabemos que Danilo não é, pois estudará na Uniazul e também não será Carlos, pois cursa engenharia;

	CURSO			UNIVERSIDADE		
CARLOS	ENGENHARIA	OCEANOGRAFIA	GEOGRAFIA	UNIAZUL	UNIVERDE	UNIBRANCO
DANILO	ENGENHARIA	OCEANOGRAFIA	GEOGRAFIA	UNIAZUL	UNIVERDE	UNIBRANCO
EDUARDO	ENGENHARIA	OCEANOGRAFIA	GEOGRAFIA	UNIAZUL	UNIVERDE	UNIBRANCO

Carlos vai prestar vestibular na Univerde e Danilo na Uniazul.

GABARITO A

12 - (1º Simulado Geral. 2023. FCC) Um ortopedista observou que 70% de seus pacientes pararam de sentir dor sem remédios e não precisaram de fisioterapia, O restante recebeu indicação de fisioterapia. Ele também observou que apenas 80% de seus pacientes com indicação de fisioterapia compareceram ao tratamento e que todos tiveram melhora em seu quadro de dor. Sabendo-se que 6 desses pacientes não fizeram fisioterapia, o total de pacientes observados pelo ortopedista foi

- A) 120
- B) 80
- C) 100
- D) 70
- E) 200

Comentário

Vamos interpretar as informações do enunciado:

- 100% correspondem a “x”;
- 70% de seus pacientes pararam de sentir dor sem remédios e não precisaram de fisioterapia, isto é, 70% de “x”
- 30% de “x” recebeu indicação de fisioterapia;

- Ele também observou que apenas 80% de seus pacientes com indicação de fisioterapia compareceram ao tratamento e que todos tiveram melhora em seu quadro de dor, isto é, 80% de 30% de “x”;
- Então, 20% de 30% dos pacientes que não compareceram ao tratamento, os quais representam 6 pessoas. Vamos equacionar os dados:

$$\frac{20}{100} \cdot \frac{30}{100} = \frac{6}{100} = 6\%$$

Concluimos que 6 pessoas correspondem a 6%.

Agora, o total de pacientes observados pelo ortopedista foi

6%	6 pessoas
100%	Y pessoas

$$6.y = 6.100$$

$$6y = 600$$

$$y = \frac{600}{6} = 100$$

GABARITO C

13 - (1º Simulado Geral. 2023. FCC) Em um restaurante, a entrada custa R\$ 24,00, o prato principal custa R\$ 46,00 e a sobremesa R\$ 20,00. De segunda a quinta-feira, a entrada tem um desconto de 50% e a sobremesa tem um desconto de 10%. Nas sextas, sábados e domingos, não há descontos. O valor médio semanal gasto por uma pessoa que almoça todos os dias nesse restaurante, e que sempre pede o menu completo, é

- A) R\$ 79,00
- B) R\$ 83,00
- C) R\$ 82,00
- D) R\$ 81,00
- E) R\$ 78,00

Comentário

Vamos organizar as informações do enunciado:

- Sem desconto:

SEXTA, SÁBADO E DOMINGO			
ENTRADA	PRATO PRINCIPAL	SOBREMESA	TOTAL
R\$ 24,00	R\$ 46,00	R\$20,00	R\$ 90,00

- Com desconto:

- Entrada 50% de desconto: $24 \div 2 = 12$

- Sobremesa 10% de desconto: $100 - 10 = 90\%$ ($90 \div 100 = 0,9$), ou seja, $0,9 \cdot 20 = 18$

SEGUNDA, TERÇA, QUARTA E QUINTA			
ENTRADA	PRATO PRINCIPAL	SOBREMESA	TOTAL
R\$ 12,00	R\$ 46,00	R\$18,00	R\$ 76,00

O valor médio semanal gasto por uma pessoa que almoça todos os dias nesse restaurante, e que sempre pede o menu completo, é

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	TOTAL
R\$ 90,00	R\$ 76,00	R\$ 76,00	R\$ 76,00	R\$ 76,00	R\$ 90,00	R\$ 90,00	R\$ 574,00

$$\frac{574}{7} = \text{R\$ 82,00}$$

GABARITO C

14 - (1º Simulado Geral. 2023. FCC) Em uma urna há 15 cartões numerados de 1 a 15. Carla retira, sem olhar, um cartão por vez, até observar um múltiplo de 3. O maior número de cartões que Carla poderá retirar é

- A) 3
- B) 8
- C) 11

D) 6

E) 9

Comentário

Analisando o enunciado vamos considerar que Carla retire um múltiplo de 3 na última hipótese.

Vejamos:

- Vamos retirar um cartão por vez até chegar em um múltiplo de três, isto é, 10 vezes e apenas na 11ª vez será retirado um múltiplo de três;

CARTÕES														
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15

GABARITO C

15 - (1º Simulado Geral. 2023. FCC) Em um condomínio, as casas são numeradas com números de 4 algarismos. Os dois primeiros identificam a rua e os demais, a casa. Por exemplo, 0315 é o número da casa 15 que fica na rua 03. A numeração das ruas é sequencial, começando com a rua 01, e, em cada rua, a numeração das casas é sequencial, começando com a casa 01. Na rua principal, que é também a rua 01, há 30 casas e nas demais ruas há 20 casas em cada uma. Se o condomínio tem, ao todo, 20 ruas, o número de algarismos 3 necessários para numerar todas as casas é

A) 82

B) 80

C) 92

D) 90

E) 100

Comentário

Vamos organizar as informações do enunciado:

ALGARISMOS TRÊS NAS CASAS: 03, 13, 23 (apenas na rua 01) e 30 (apenas na rua 01);

Quanto as casas podemos concluir que

- em 19 ruas teremos duas casas em cada rua com algarismos três;
- na rua 01 teremos quatro casas com algarismos três;

Totalizando:

$$19 \cdot 2 = 38 + 4 = 42$$

ALGARISMOS TRÊS NAS RUAS: 03 e 13

- Em cada rua vão ter 20 casas com a numeração que contenha o algarismo três Ex. 0301, 0302... 1301, 1302...

Podemos concluir que nas duas ruas teremos vezes o algarismo três:

$$2 \cdot 20 = 40$$

Por fim, se o condomínio tem, ao todo, 20 ruas, o número de algarismos 3 necessários para numerar todas as casas é

$$42 + 40 = 82$$

GABARITO A

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

16 - (1º Simulado Geral. 2022. FCC) A Lei Federal no 13.146/2015, em seu Artigo 27, estabelece que *A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.* Considerando o estabelecido nesse artigo, a escola e seus profissionais devem

A) desenvolver atividades das quais os alunos com deficiência consigam participar, para não os desestimular e integrá-los à turma.

B) solicitar a presença de um profissional que auxilie no cuidado com os alunos com deficiência, para atender aos demais estudantes.

C) promover a inclusão dos alunos com deficiência que possuam condições de desenvolver as atividades propostas pelos professores das classes comuns.

D) garantir que os alunos com deficiência sejam atendidos por professores especializados, pois estes compreendem melhor os problemas destes estudantes.

E) assegurar a inclusão dos alunos com deficiência, de forma planejada e condizente com as necessidades de cada estudante.

Comentário

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

GABARITO E

17 - (1º Simulado Geral. 2022. FCC) Mirtes, de 25 anos, compareceu ao INSS de Salvador, Bahia, acompanhada de Josenilda, de 66 anos. Ambas necessitavam de atendimento pessoal naquele órgão de Previdência. De acordo com a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que versa sobre a prioridade de atendimento, é correto afirmar, sobre o atendimento de ambas, que

A) Mirtes terá assegurado, o seu atendimento na forma junta e acessória com Josenilda, ou seja, na prioridade de pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos.

B) Josenilda e Mirtes não terão o atendimento prioritário, já que o INSS possui grande fluxo de idosos e não se aplicam o acesso junto e acessório a titular de prioridade.

C) Josenilda terá o atendimento prioritário, já que tem mais de 60 anos e Mirtes será atendida sem prioridade, pois, na qualidade de acompanhante, só faria jus a atendimento prioritário, na forma da lei, caso estivesse acompanhada de pessoa com criança de colo, lactante ou pessoa obesa.

D) o atendimento de Josenilda será na prioridade de pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos, sendo que o atendimento de Mirtes será sem qualquer prioridade, tendo em vista o caráter personalíssimo da norma.

E) Josenilda terá o atendimento prioritário, já que tem mais de 60 anos, já Mirtes será atendida sem qualquer prioridade, já que pela norma só teria atendimento na mesma prioridade da titular, caso estivesse na qualidade de atendente pessoal, devidamente comprovada por carteira profissional ou outro instrumento contratual, e não na qualidade de acompanhante.

Comentário

A) Mirtes terá assegurado, o seu atendimento na forma junta e acessória com Josenilda, ou seja, na prioridade de pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos.

CORRETA.

LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000.

Art. 1º As pessoas com deficiência, as pessoas com transtorno do espectro autista, as pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com criança de colo, os obesos, as pessoas com mobilidade reduzida e os doadores de sangue terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.626, de 2023)

§ 1º Os acompanhantes ou atendentes pessoais das pessoas referidas no caput serão atendidos junta e acessoriamente aos titulares da prioridade de que trata esta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.626, de 2023)

GABARITO A

18 - (1º Simulado Geral. 2021. FCC) Carlos é deficiente visual e possui cartão de crédito e de movimentação bancária com caracteres de identificação em braile. Manoel, seu colega e também deficiente visual, pretende obter o mesmo kit de Carlos, que contém os seguintes itens: etiqueta em braile; identificação do tipo de cartão em braile; fita adesiva e porta-cartão. A propósito do tema e nos termos da Lei nº 10.098/2000,

A) o kit a que se refere o enunciado deve ser garantido às pessoas com deficiência, quando por elas solicitado, havendo, no entanto, custo adicional para seu fornecimento.

B) o kit a que se refere o enunciado deverá conter, no máximo, os quatro itens citados, quais sejam, etiqueta em braile; identificação do tipo de cartão em braile; fita adesiva e porta-cartão.

C) o porta-cartão deverá possuir tamanho suficiente para que constem todas as informações necessárias, não sendo indicado ao transporte pela pessoa com deficiência visual.

D) a etiqueta em braile corresponde a filme transparente fixo ao cartão com informações em braile, com a identificação do tipo do cartão e os quatro dígitos finais do número do cartão.

E) a identificação do tipo de cartão em braile corresponde ao primeiro dígito, da esquerda para a direita, identificador do tipo de cartão.

Comentário

E) a identificação do tipo de cartão em braile corresponde ao primeiro dígito, da esquerda para a direita, identificador do tipo de cartão.

CORRETA.

LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

Art. 21-A. Às pessoas com deficiência visual será garantido, **sem custo adicional**, quando por elas solicitado, um kit que conterà, **no mínimo**: (Incluído pela Lei nº 13.835, de 2019) (Vigência) **[ALTERNATIVA A]** **[ALTERNATIVA B]**

I - etiqueta em braile: filme transparente fixo ao cartão com informações em braile, com a identificação do tipo do cartão e **os 6 (seis) dígitos finais** do número do cartão; (Incluído pela Lei nº 13.835, de 2019) (Vigência) **[ALTERNATIVA D]**

II - **identificação do tipo de cartão em braile: primeiro dígito, da esquerda para a direita, identificador do tipo de cartão**; (Incluído pela Lei nº 13.835, de 2019) (Vigência) **[ALTERNATIVA E]**

III - fita adesiva: fita para fixar a etiqueta em braile de dados no cartão; (Incluído pela Lei nº 13.835, de 2019) (Vigência)

IV - porta-cartão: objeto para armazenar o cartão e possibilitar ao portador acesso às informações necessárias ao pleno uso do cartão, com identificação, em braile, do número completo do cartão, do tipo de cartão, da bandeira, do nome do emissor, da data de validade, do código de segurança e do nome do portador do cartão. (Incluído pela Lei nº 13.835, de 2019) (Vigência)

Parágrafo único. **O porta-cartão de que trata o inciso IV** do caput deste artigo deverá possuir tamanho suficiente para que constem todas as informações descritas no referido inciso e **deverá ser conveniente ao transporte** pela pessoa com deficiência visual. (Incluído pela Lei nº 13.835, de 2019) (Vigência) **[ALTERNATIVA C]**

GABARITO E

19 - (1º Simulado Geral. 2024. ACAFE. Adaptada) Nos termos da Lei nº 7.853/89, constitui crime punível com reclusão de 02 a 05 anos, e multa:

I. Obstar inscrição em concurso público ou acesso de alguém a qualquer cargo ou emprego público, em razão de sua deficiência.

II. Negar ou obstar emprego, trabalho ou promoção à pessoa em razão de sua deficiência.

III. Recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial à pessoa com deficiência.

Assinale a alternativa correta:

A) Apenas a proposição II está correta.

B) Apenas as proposições II e III estão corretas.

C) Apenas a proposição III está correta.

D) As proposições I, II e III estão corretas.

E) Apenas as proposições I e III estão corretas.

Comentário

LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989.

Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa: (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

I - recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

II - obstar inscrição em concurso público ou acesso de alguém a qualquer cargo ou emprego público, em razão de sua deficiência; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)
[ITEM I]

III - **negar ou obstar emprego, trabalho ou promoção à pessoa em razão de sua deficiência;** (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência) **[ITEM II]**

IV - **recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial à pessoa com deficiência;** (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência) **[ITEM III]**

V - deixar de cumprir, retardar ou frustrar execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

VI - recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil pública objeto desta Lei, quando requisitados. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

§ 1º Se o crime for praticado contra pessoa com deficiência menor de 18 (dezoito) anos, a pena é agravada em 1/3 (um terço). (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

§ 2º A pena pela adoção deliberada de critérios subjetivos para indeferimento de inscrição, de aprovação e de cumprimento de estágio probatório em concursos públicos não exclui a responsabilidade patrimonial pessoal do administrador público pelos danos causados. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

§ 3º Incorre nas mesmas penas quem impede ou dificulta o ingresso de pessoa com deficiência em planos privados de assistência à saúde, inclusive com cobrança de valores diferenciados. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

§ 4º Se o crime for praticado em atendimento de urgência e emergência, a pena é agravada em 1/3 (um terço). (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

GABARITO D

20 - (1º Simulado Geral. 2024. Cesgranrio) O Decreto n.º 5.904, de 21 de setembro de 2006, regulamentou a Lei n.º 11.126, de 27 de junho de 2005, que havia garantido à pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia o direito de ingressar e de permanecer com o animal em todos os meios de transporte e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privados de uso coletivo. De acordo com esse decreto, assinale a alternativa correta:

A) O ingresso e a permanência de cão em fase de socialização ou treinamento poderão ocorrer mesmo sem a companhia de seu treinador, instrutor ou acompanhantes habilitados.

B) O ingresso de cão-guia é permitido mesmo nos locais em que seja obrigatória a esterilização individual.

C) É excepcionalmente permitida a exigência do uso de focinheira nos cães-guia.

D) Fica proibido o ingresso de cão-guia em estabelecimentos de saúde nos setores de isolamento, quimioterapia, transplante, assistência a queimados, centro cirúrgico, central de material e esterilização, unidade de tratamento intensivo e semi-intensivo, em áreas de preparo de medicamentos, farmácia hospitalar, em áreas de manipulação, processamento, preparação e armazenamento de alimentos e em casos especiais ou determinados pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar dos serviços de saúde.

E) É permitida a cobrança de valores, tarifas ou acréscimos vinculados, direta ou indiretamente, ao ingresso ou à presença de cão-guia.

Comentário

A questão em estudo exigiu o conhecimento do dispositivo legal abaixo:

DECRETO Nº 5.904, DE 21 DE SETEMBRO DE 2006.

Regulamenta a Lei no 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.

Vamos as alternativas:

A) O ingresso e a permanência de cão em fase de socialização ou treinamento ~~poderão ocorrer mesmo sem~~ a companhia de seu treinador, instrutor ou acompanhantes habilitados.

INCORRETA.

Art. 1º A pessoa com deficiência visual usuária de cão-guia tem o direito de ingressar e permanecer com o animal em todos os locais públicos ou privados de uso coletivo.

§ 1º O ingresso e a permanência de cão em fase de socialização ou treinamento nos locais previstos no caput **somente poderá ocorrer quando em companhia de seu treinador, instrutor ou acompanhantes habilitados.**

B) O ingresso de cão-guia é ~~permitido~~ mesmo nos locais em que seja obrigatória a esterilização individual.

INCORRETA.

Art. 1º

(...)

§ 4º O ingresso de cão-guia é **proibido**, ainda, nos locais em que seja obrigatória a esterilização individual.

C) ~~É excepcionalmente permitida~~ a exigência do uso de focinheira nos cães-guia.

INCORRETA.

Art. 1º A pessoa com deficiência visual usuária de cão-guia tem o direito de ingressar e permanecer com o animal em todos os locais públicos ou privados de uso coletivo.

(...)

§ 2º **É vedada** a exigência do uso de focinheira nos animais de que trata este Decreto, como condição para o ingresso e permanência nos locais descritos no caput.

D) Fica proibido o ingresso de cão-guia em estabelecimentos de saúde nos setores de isolamento, quimioterapia, transplante, assistência a queimados, centro cirúrgico, central de material e esterilização, unidade de tratamento intensivo e semi-intensivo, em áreas de preparo de medicamentos, farmácia hospitalar, em áreas de manipulação, processamento, preparação e armazenamento de alimentos e em casos especiais ou determinados pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar dos serviços de saúde.

CORRETA.

Art. 1º

(...)

§ 3º **Fica proibido o ingresso de cão-guia em estabelecimentos de saúde nos setores de isolamento, quimioterapia, transplante, assistência a queimados, centro cirúrgico, central de material e esterilização, unidade de tratamento intensivo e semi-intensivo, em áreas de**

preparo de medicamentos, farmácia hospitalar, em áreas de manipulação, processamento, preparação e armazenamento de alimentos e em casos especiais ou determinados pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar dos serviços de saúde.

E) ~~É permitida~~ a cobrança de valores, tarifas ou acréscimos vinculados, direta ou indiretamente, ao ingresso ou à presença de cão-guia.

INCORRETA.

Art. 1º

(...)

§ 6º A pessoa com deficiência visual e a família hospedeira ou de acolhimento poderão manter em sua residência os animais de que trata este Decreto, não se aplicando a estes quaisquer restrições previstas em convenção, regimento interno ou regulamento condominiais.

§ 7º **É vedada** a cobrança de valores, tarifas ou acréscimos vinculados, direta ou indiretamente, ao ingresso ou à presença de cão-guia nos locais previstos no caput, sujeitando-se o infrator às sanções de que trata o art. 6º.

GABARITO D

DIREITO CONSTITUCIONAL

21 - (1º Simulado Geral. 2021. FCC) São, respectivamente, fundamento e objetivo fundamental da República:

- A) a erradicação da pobreza e a não intervenção.
- B) o pluralismo político e a independência nacional.
- C) a solução pacífica dos conflitos e a prevalência dos direitos humanos.
- D) a defesa da paz e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- E) a dignidade da pessoa humana e a garantia do desenvolvimento nacional.

Comentário

Questões que cobram os fundamentos, os objetivos fundamentais e os princípios que regem as relações internacionais, nós resolvemos com essa tabelinha:

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS SO-CI-DI-VA-PLU (art. 1º)	OBJETIVOS (VERBOS) CON GA ER PRO (art. 3º)	PRINCÍPIOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (art. 4º)
SO berania	CON struir uma sociedade livre, justa e solidária;	independência nacional
CI dadania	GA rantir o desenvolvimento nacional	prevalência dos direitos humanos
DI gnidade da pessoa humana	ER radicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais	autodeterminação dos povos
VA lores sociais do trabalho e da livre iniciativa	PRO mover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.	não-intervenção
PLU ralismo político		igualdade entre os Estados
		defesa da paz
		solução pacífica dos conflitos
		repúdio ao terrorismo e ao racismo
		cooperação entre os povos para o progresso da humanidade
		concessão de asilo político

Tem que decorar essa tabelinha!

GABARITO E

22 - (1º Simulado Geral. 2022. FCC) Quanto ao mandado de segurança, a legislação vigente estabelece que

A) conceder-se-á sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, praticado por autoridade pública.

B) de natureza subsidiária em relação ao habeas corpus e ao habeas data, presta-se a tutelar direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuição do Poder Público.

C) o mandado de segurança coletivo não pode ser impetrado por partido político que não tenha representação nas duas Casas do Congresso Nacional, concomitantemente.

D) a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.

E) presta-se à retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou de caráter público.

Comentário

A) conceder-se-á sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, praticado por autoridade pública.

INCORRETA. Esse é o habeas corpus:

Art. 5º (...)

LXVIII - conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

B) de natureza subsidiária em relação ao habeas corpus e ao habeas data, presta-se a tutelar direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuição do Poder Público.

CORRETA. Nos termos do inciso LXIX do art. 5º:

Art. 5º (...)

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

C) o mandado de segurança coletivo não pode ser impetrado por partido político que não tenha representação nas duas Casas do Congresso Nacional, concomitantemente.

INCORRETA. A Constituição apenas exige representação no Congresso Nacional (podendo ser qualquer das duas Casas).

Art. 5º (...)

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político **com representação no Congresso Nacional**;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

D) a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.

INCORRETA. Aqui, foi cobrada o entendimento da Súmula nº 629 do STF:

Súmula 629: "a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados **independe da autorização destes**"

E) presta-se à retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou de caráter público.

INCORRETA. Esse é o Habeas data:

Art. 5º (...)

LXXII - conceder-se-á **habeas data**:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) **para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;**

GABARITO B

23 - (1º Simulado Geral. 2019. FCC) Pablo, viúvo, estrangeiro, faleceu em sua terra natal, onde era domiciliado, deixando dois únicos filhos: Marina, brasileira naturalizada, e Gabriel, brasileiro

nato. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a sucessão dos imóveis de Pablo situados no Brasil será regulada

- A) pela lei pessoal de Pablo em relação a Marina e pela lei brasileira em relação a Gabriel.
- B) sempre pela lei brasileira, uma vez que os imóveis se encontram no Brasil, ainda que a lei pessoal de Pablo seja mais favorável a Marina e Gabriel.
- C) sempre pela lei pessoal de Pablo, uma vez que ele nasceu em território estrangeiro, ainda que a lei brasileira seja mais favorável a Marina e Gabriel.
- D) pela lei brasileira, salvo se a lei pessoal de Pablo for mais favorável a Marina e Gabriel.
- E) sempre pela lei pessoal de Pablo, uma vez que teve como último domicílio sua terra natal, ainda que a lei brasileira seja mais favorável a Marina e Gabriel.

Comentário

De acordo com o inciso XXXI do art. 5º da CF 88, a sucessão dos imóveis de Pablo situados no Brasil será regulada pela lei brasileira, salvo se a lei pessoal de Pablo for mais favorável a Marina e Gabriel:

Art. 5º

(...)

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus";

Portanto:

1. **Sucessão de Bens de Estrangeiros:** Este inciso aborda o que acontece com os bens de estrangeiros que falecem no Brasil e têm propriedades ou ativos localizados no país. A sucessão refere-se à transferência desses bens para seus herdeiros após a morte.
2. **Lei Brasileira:** O inciso estabelece que a sucessão desses bens será regulada de acordo com a lei brasileira. Isso significa que as regras e procedimentos brasileiros de sucessão se aplicarão, determinando como os bens serão distribuídos entre os herdeiros.
3. **Benefício do Cônjuge ou dos Filhos Brasileiros:** A lei brasileira de sucessão dará prioridade ao cônjuge ou aos filhos brasileiros do falecido. Isso significa que, em muitos casos, esses herdeiros terão direitos preferenciais sobre os bens do estrangeiro falecido.
4. **Lei Pessoal do De Cujus:** No entanto, se a lei pessoal do falecido (a lei do país de origem do estrangeiro) for mais favorável aos herdeiros, ela prevalecerá sobre a lei brasileira.

Isso garante que os herdeiros recebam a proteção mais benéfica, seja sob a lei brasileira ou a lei do país de origem do falecido.

5. **Proteção da Família:** O inciso busca proteger a família do estrangeiro falecido, especialmente o cônjuge e os filhos brasileiros, assegurando-lhes direitos em relação aos bens situados no Brasil.

GABARITO D

24 - (1º Simulado Geral. 2023. FCC) Valentino e Clara, argentinos, vieram passar as férias no Brasil, onde Clara deu à luz Juan Carlos. Letícia, brasileira, estava na Alemanha a serviço do Brasil, lá nascendo sua filha Jade. Com base apenas nas informações fornecidas, Juan Carlos

- A) não é brasileiro e Jade é brasileira nata.
- B) é brasileiro naturalizado e Jade é brasileira nata.
- C) e Jade são brasileiros naturalizados.
- D) e Jade são brasileiros natos.
- E) não é brasileiro e Jade é brasileira naturalizada.

Comentário

1º) Valentino e Clara, argentinos, vieram passar as férias no Brasil, onde Clara deu à luz Juan Carlos

- Como Valentino e Clara não estavam no Brasil a serviço da Argentina (eles estavam aqui de férias), Juan Carlos será considerado brasileiro nato
- Aplica-se a alínea “a” do inciso I do art. 12 da CF/88:

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

(...)

2º) Letícia, brasileira, estava na Alemanha a serviço do Brasil, lá nascendo sua filha Jade

- Como Letícia estava em país estrangeiro (Alemanha) a serviço do Brasil, Jade será considerada brasileira nata
- Aplica-se a alínea “b” do inciso I do art. 12 da CF/88:

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

(...)

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

(...)

Assim, ambos são brasileiros natos.

GABARITO D

25 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Determinado Estado da Federação promulga uma lei que estabelece: Fica expressamente proibida a denominada linguagem neutra' na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, assim como em editais de concursos públicos. Diante do ordenamento jurídico vigente, a referida lei é

A) inconstitucional somente na parte em que trata de editais de concursos públicos, diante da competência da União na matéria.

B) constitucional somente na parte em que trata de editais de concursos públicos, diante da competência suplementar dos Estados na matéria.

C) inconstitucional, por tratar de matéria de competência legislativa dos Municípios.

D) constitucional, por tratar de matéria de competência concorrente entre União, Estados e o Distrito Federal, cabendo aos entes regionais, como no caso, legislar para atender a suas peculiaridades.

E) inconstitucional, por tratar de matéria de competência legislativa da União.

Comentário

E) inconstitucional, por tratar de matéria de competência legislativa da União.

CORRETA. Lembre-se que compete privativamente à União LEGISLAR sobre diretrizes e bases da educação nacional:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

(...)

XXIV - diretrizes e bases da educação nacional;

Aliás, esse caso chegou ao Supremo Tribunal Federal, que assim decidiu:

É inconstitucional —por violar a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (art. 22, XXIV, CF/88) — lei estadual que veda a adoção da “linguagem neutra” na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas e privadas, assim como em editais de concursos públicos locais. Tese fixada pelo STF: Norma estadual que, a pretexto de proteger os estudantes, proíbe modalidade de uso da língua portuguesa viola a competência legislativa da União. STF. Plenário. ADI 7019/RO, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 10/02/2023 (Info 1082).

GABARITO E

26 - (1º Simulado Geral. 2021. FCC) O artigo 49 da Constituição Federal define as hipóteses de competência exclusiva do Congresso Nacional, para a qual não é exigida a sanção presidencial. É hipótese de competência exclusiva do Congresso Nacional:

- A) Escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.
- B) Legislar sobre limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União.
- C) Estabelecer as regras para telecomunicações e radiodifusão.
- D) Dispor sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal.
- E) Alterar as regras para incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas.

Comentário

Nos termos do inciso XIII do art. 49 da CF/88:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

(...)

XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

As demais alternativas representam hipóteses relacionadas as competências não exclusivas do Congresso Nacional e que requerem a sanção do Presidente da República. (Art. 48):

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

XII – telecomunicações e radiodifusão;

GABARITO A

27 - (1º Simulado Geral. 2019. FCC) Sobre as finanças públicas na Constituição Federal,

A) a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei ordinária.

B) a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco do Brasil.

C) os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues de uma única vez, no início do ano corrente.

D) lei complementar disporá sobre finanças públicas.

E) é vedado a qualquer banco conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

Comentário

A) a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei ordinária.

INCORRETA. É por lei complementar:

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em **lei complementar.**

B) a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco do Brasil.

INCORRETA. Cuidado com essa pegadinha! É o BANCO CENTRAL:

Art. 164. A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo banco central.

C) os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues de uma única vez, no início do ano corrente.

INCORRETA. Visto que os recursos a que se refere a assertiva serão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos:

Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues **até o dia 20 de cada mês, em duodécimos**, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

D) lei complementar disporá sobre finanças públicas.

CORRETA.

Art. 163. Lei complementar disporá sobre:

I - finanças públicas.

E) é vedado a qualquer banco conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

INCORRETA. Pois essa vedação aplica-se ao Banco Central, nos termos do § 1º do art. 164 da CF/1988.

Art. 164. A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo banco central.

§ 1º É vedado ao banco central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

GABARITO D

DIREITO ADMINISTRATIVO

28 - (1º Simulado Geral. 2011. FCC) Os órgãos públicos

- A) são classificados como entidades estatais.
- B) têm autonomia política.
- C) têm personalidade jurídica.
- D) são soberanos.
- E) são centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais.

Comentário

Os órgãos públicos não podem ser classificados como entidades estatais, pois estas possuem personalidade jurídica própria, ao passo que aqueles não.

Ademais, os órgãos públicos não possuem autonomia política, a qual é assegurada aos entes políticos (União, Estados, DF e Municípios).

Também não são soberanos. A soberania é característica exclusiva da República Federativa do Brasil.

Portanto, a alternativa correta é a letra “e”, pois, de fato, órgãos públicos são centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais, conforme Hely Lopes Meirelles:

“são centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem”.

GABARITO E

29 - (1º Simulado Geral. 2017. Cebraspe/Cespe) A aplicação de advertência a servidor público, em decorrência do cometimento de infração funcional, demonstra o exercício do poder

- A) regulamentar.
- B) disciplinar.
- C) hierárquico.
- D) vinculado.
- E) de polícia.

Comentário

A aplicação de penalidade decorre diretamente do poder disciplinar.

Conforme explica Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

“Poder disciplinar é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa; é o caso dos estudantes de uma escola pública.

Não abrange as sanções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração, porque, nesse caso, as medidas punitivas encontram seu fundamento no poder de polícia do Estado.”

Fonte: Pietro, Maria Sylvia Zanella D. Direito Administrativo. Disponível em: Minha Biblioteca, (36th edição). Grupo GEN, 2023.

GABARITO B

30 - (1º Simulado Geral. 2017. FCC) Considere que tenha tramitado regularmente um processo disciplinar contra determinado servidor público titular de cargo efetivo a fim de apurar sua responsabilidade pela prática de determinada infração. Constatada a autoria diante das provas, foi proferida decisão pela autoridade competente, imputando pena de demissão ao servidor.

Não tendo havido recurso, foi o servidor desligado dos quadros da Administração pública. Em regular correição ocorrida na unidade no mesmo exercício, verificou-se que a autoridade apenou o servidor equivocadamente, pois aquela infração era sancionada com suspensão, aplicando-se a demissão somente nas hipóteses de reincidência, que não era o caso.

Diante desse cenário e no que se refere à validade do ato administrativo proferido,

A) o ato é eivado de vício que lhe acarreta nulidade absoluta, não necessitando de qualquer declaração de nulidade para sua retirada do mundo jurídico, posto que atos nulos não produzem efeitos jurídicos.

B) há nulidade no ato administrativo que imputou a sanção equivocada ao servidor, podendo ser revisto de ofício pela própria Administração, diante da ilegalidade apurada, retroagindo os efeitos à data em que a decisão foi proferida.

C) há nulidade relativa no ato administrativo, que permanecerá produzindo efeitos até que o particular cujos direitos foram lesados tome a iniciativa para requerer, judicial ou administrativamente a anulação, vedada a revisão de ofício pela Administração pública diante da falta de recurso voluntário por ocasião do processo disciplinar.

D) a irregularidade sanável constatada em regular correição já configura iniciativa da própria Administração pública, que poderá decidir, discricionariamente, se o desfazimento do ato se dará pelo corregedor no próprio procedimento de correição ou se será necessário provocar a autoridade hierarquicamente competente para o juízo de revisão da decisão.

E) será necessária decisão judicial declarando a nulidade do ato proferido, considerando que o servidor punido em regular procedimento disciplinar não recorreu da decisão administrativa, bem como porque se trata de restabelecimento de vínculo com a Administração pública, o que não pode ser feito administrativamente.

Comentário

A questão assusta pelo tamanho, mas é resolvida pela aplicação do princípio da autotutela. Esse é um dos temas importantes do direito administrativo.

Conforme explica Mazza:

“O princípio da autotutela consagra o controle interno que a Administração Pública exerce sobre seus próprios atos. Como consequência da sua independência funcional (art. 2º da CF), a Administração não precisa recorrer ao Judiciário para anular seus atos ilegais e revogar os atos inconvenientes que pratica. Consiste no poder-dever de retirada de atos administrativos por meio da anulação e da revogação. A anulação envolve problema de legalidade, a revogação trata de mérito do ato.

Tutelar é proteger, zelar. Em regra, as pessoas comuns devem recorrer ao Poder Judiciário para proteger seus interesses e direitos. Tutela é a proteção via Poder Judiciário. Não é disso que o princípio trata. Quando o direito outorga poder de autotutela ou autoproteção é porque dispensa a obrigatoriedade de intervenção judicial para proteção de direitos. É o caso da autotutela administrativa: proteção dos interesses pelas forças do próprio interessado – que é a Administração. A autotutela é um meio de acelerar a recomposição da ordem jurídica afetada pelo ato ilegal e dar presteza à proteção do interesse público violado pelo ato inconveniente.”

Fonte: Mazza, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. Disponível em: Minha Biblioteca, (13th edição). Editora Saraiva, 2023.

Está consagrado no art. 53 da Lei n. 9.784/99: “A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos”. O dispositivo enfatiza a natureza vinculada do ato anulatório (“deve anular”) e discricionária do ato revocatório (“pode revogá-los”).

Portanto, há nulidade no ato administrativo que imputou a sanção equivocada ao servidor, podendo ser revisto de ofício pela própria Administração, diante da ilegalidade apurada, retroagindo os efeitos à data em que a decisão foi proferida.

Lembrando sempre que a ANULAÇÃO gera efeitos ex tunc (retroativos). É por isso que seus efeitos retroagem à data em que a decisão foi proferida.

GABARITO B

31 - (1º Simulado Geral. 2015. AOCF) Em relação à responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- A) A União é responsabilizada por danos nucleares somente quando for culpada pelo dano.
- B) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- C) Para a configuração de responsabilidade civil do Estado, não é necessário que haja nexo de causalidade.
- D) As sociedades de economia mista que exploram atividade econômica não respondem pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.
- E) No ordenamento jurídico brasileiro, vige o sistema da irresponsabilidade estatal, baseada no primado “the king can do no wrong”.

Comentário

A) A União é responsabilizada por danos nucleares somente quando for culpada pelo dano.

INCORRETA. A responsabilidade da União por danos nucleares é objetiva, ou seja, independe de culpa ou dolo.

Há divergência na doutrina se tal responsabilidade objetiva se dá pelo risco integral (que não admite excludentes de responsabilização) ou pelo risco administrativo (que admite excludentes).

O entendimento que prevalece é que, para danos nucleares, adotou-se a teoria do risco integral, ou seja, a responsabilidade do Estado não é afastada mesmo que houver culpa exclusiva da vítima.

LEMBRE-SE: no Brasil, a regra é a responsabilidade do Estado objetiva na modalidade risco administrativo, ou seja, admite-se excludentes dessa responsabilidade (culpa exclusiva da vítima, culpa de terceiro e força maior).

Entretanto, a teoria do risco integral é aplicável no Brasil em situações excepcionais, conforme explica Mazza:

“A teoria do risco integral, entretanto, é aplicável no Brasil em situações excepcionais:

a) acidentes de trabalho (infortunística): nas relações de emprego público, a ocorrência de eventual acidente de trabalho impõe ao Estado o dever de indenizar em quaisquer casos, aplicando-se a teoria do risco integral;

b) indenização coberta pelo seguro obrigatório para automóveis (DPVAT): o pagamento da indenização do DPVAT é efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado (art. 5º da Lei n. 6.194/74);

c) atentados terroristas em aeronaves: por força do disposto nas Leis n. 10.309/2001 e n. 10.744/2003, a União assumiu despesas de responsabilidade civil perante terceiros na hipótese da ocorrência de danos a bens e pessoas, passageiros ou não, provocados por atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos, ocorridos no Brasil ou no exterior, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi-aéreo (art. 1º da Lei n. 10.744/2003). Tecnicamente, trata-se de uma responsabilidade estatal por ato de terceiro, mas que se sujeita à aplicação da teoria do risco integral porque não prevê excludentes ao dever de indenizar. A

curiosa Lei n. 10.744/2003 foi uma resposta do governo brasileiro à crise no setor de aviação civil após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. O objetivo dessa assunção de responsabilidade foi reduzir o valor dos contratos de seguro obrigatórios para companhias aéreas e que foram exorbitantemente majorados após o 11 de Setembro;

d) dano ambiental: por força do art. 225, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal, há quem sustente que a reparação de prejuízos ambientais causados pelo Estado seria submetida à teoria do risco integral. Porém, considerando a posição majoritária entre os jusambientalistas, é mais seguro defender em concursos a aplicação da teoria do risco administrativo para danos ambientais⁶. Quanto aos danos ambientais, a Primeira Turma do STJ, no julgamento do EREsp 1.318.051/RJ, em 8-5-2019, entendeu que a responsabilidade civil ambiental é, de fato, objetiva. Porém, a aplicação das penalidades administrativas (responsabilidade administrativa ambiental) deve obedecer à sistemática da culpabilidade com prova do elemento subjetivo da conduta, sendo, portanto, responsabilidade subjetiva;

e) dano nuclear: assim como ocorre com os danos ambientais, alguns administrativistas têm defendido a aplicação da teoria do risco integral para reparação de prejuízos decorrentes da atividade nuclear, que constitui monopólio da União (art. 177, V, da CF).

Mazza, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. Disponível em: Minha Biblioteca, (13th edição). Editora Saraiva, 2023.

B) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

CORRETA. É o que estabelece a primeira parte do § 6º do art. 37:

Art. 37

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

C) Para a configuração de responsabilidade civil do Estado, não é necessário que haja nexo de causalidade.

INCORRETA. É necessário sim. Segundo Rafael Carvalho Rezende Oliveira, o nexo de causalidade é o terceiro pressuposto para se configurar a responsabilidade do estado.

“A configuração da responsabilidade objetiva do Estado pressupõe três elementos:

a)fato administrativo (conduta comissiva ou omissiva atribuída ao Poder Público);

b)dano; e

c)nexo causal.”

Fonte: Oliveira, Rafael Carvalho R. Curso de Direito Administrativo. Disponível em: Minha Biblioteca, (11th edição). Grupo GEN, 2023.

Não precisa demonstrar dolo ou culpa. Mas cabe à vítima demonstrar que houve uma conduta comissiva ou omissiva atribuída ao Poder Público e que, em razão disso, ocorreu o dano. Ou seja, há nexo causal entre a conduta e o dano.

D) As sociedades de economia mista que exploram atividade econômica não respondem pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.

INCORRETA. Respondem sim, porém de forma subjetiva, ou seja, a vítima precisa comprovar que houve culpa ou dolo. Lembre-se que as sociedades de economia mista e as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado. E quando explorarem atividade econômica, elas não estão inseridas na responsabilidade objetiva prevista no § 6º do art. 37, o qual estabelece a responsabilidade objetiva para as pessoas jurídicas de direito privado que prestarem serviço público.

Art. 37

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

E) No ordenamento jurídico brasileiro, vige o sistema da irresponsabilidade estatal, baseada no primado “the king can do no wrong”.

INCORRETA. Vide alternativa “a”.

GABARITO B

32 - (1º Simulado Geral. 2022. FCC) A Lei nº 14.133/2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Em relação ao que se aplica a referida lei, considere:

I. Alienação e concessão de direito real de uso de bens.

II. Locação.

III. Contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.

IV. Contratações sujeitas a normas previstas em legislação própria.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, subordina-se ao regime desta lei o que consta APENAS de

A) III.

B) IV.

C) I e III.

D) II e IV.

E) I e II.

Comentário

Essa questão da FCC exigiu o conhecimento do art. 2º da Lei nº 14.133/2021:

Art. 2º Esta Lei aplica-se a:

I - alienação e concessão de direito real de uso de bens; (ITEM I)

II - compra, inclusive por encomenda;

III - locação; (ITEM II)

IV - concessão e permissão de uso de bens públicos;

V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;

VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia;

VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

Além disso, alguns contratos feitos pela Administração não se subordinam ao regime da Nova Lei, todos elencados no seu art. 3º, e incisos. Vejamos:

Art. 3º Não se subordinam ao regime desta Lei:

I - contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos; (ITEM III)

II - contratações sujeitas a normas previstas em legislação própria. (ITEM IV)

Assim, como somente os itens I e II estão corretos.

GABARITO E

33 - (1º Simulado Geral. 2022. Vunesp) Fulano de Tal era Diretor Presidente de Organização Social responsável pela execução de contratos de gestão assinados com o Governo do Estado “X” para a administração de dois hospitais estaduais. Após investigações no âmbito de inquéritos civil e policial, o Ministério Público Estadual chegou à conclusão de que Fulano de Tal, em conluio com agentes públicos da Secretaria Estadual de Saúde, desviava dolosamente recursos repassados à organização para fins de enriquecimento pessoal e dos demais envolvidos. Dois anos após descoberto o esquema e ainda no curso de ação civil por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual contra Fulano de Tal e os agentes públicos envolvidos, Fulano de Tal vem a falecer, deixando apenas um filho menor de idade como seu único herdeiro.

A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar com base na legislação nacional que

A) a lei de improbidade administrativa não se aplica àqueles que, como Fulano de Tal, são representantes de entidades que não compõem a administração pública direta ou indireta, mas apenas aos agentes públicos que agiram em conluio com ele.

B) a simples nomeação por parte do Governador dos agentes públicos envolvidos no suposto esquema montado por Fulano de Tal é suficiente para a responsabilização do chefe do Poder Executivo por improbidade administrativa.

C) a comprovação do dolo em relação aos agentes públicos é desnecessária para fins de condenação por improbidade administrativa, na medida em que, comprovado o dano ao erário, fica evidente a falha na fiscalização do contrato por parte dos agentes responsáveis.

D) o filho de Fulano de Tal estará sujeito às penas de suspensão dos direitos políticos por até 14 (catorze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público.

E) o filho de Fulano de Tal, apesar de ser menor de idade, estará sujeito à obrigação de reparar o dano causado ao erário pelo pai, restituindo o valor desviado até o limite do valor da herança que lhe tenha sido transferida.

Comentário

A) a lei de improbidade administrativa não se aplica àqueles que, como Fulano de Tal, são representantes de entidades que não compõem à administração pública direta ou indireta, mas apenas aos agentes públicos que agiram em conluio com ele.

INCORRETA. Pois a Lei de Improbidade Administrativa se aplica ao particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente:

Art. 2º

Parágrafo único. No que se refere a recursos de origem pública, sujeita-se às sanções previstas nesta Lei o particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, **contrato de gestão**, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

No caso da nossa questão, Fulano de Tal era Diretor Presidente de Organização Social responsável pela execução de contratos de gestão assinados com o Governo do Estado "X" para a administração de dois hospitais estaduais.

B) a simples nomeação por parte do Governador dos agentes públicos envolvidos no suposto esquema montado por Fulano de Tal é suficiente para a responsabilização do chefe do Poder Executivo por improbidade administrativa.

INCORRETA. Exige-se dolo por parte do Governador, isto é, não basta a simples nomeação:

Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

Parágrafo único. (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as **condutas dolosas** tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 2º Considera-se **dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado** nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

C) a comprovação do dolo em relação aos agentes públicos é desnecessária para fins de condenação por improbidade administrativa, na medida em que, comprovado o dano ao erário, fica evidente a falha na fiscalização do contrato por parte dos agentes responsáveis.

INCORRETA. Vide alternativa “b”.

D) o filho de Fulano de Tal estará sujeito às penas de suspensão dos direitos políticos por até 14 (catorze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público.

INCORRETA. O herdeiro, independentemente de ser menor de idade ou não, está sujeito apenas à obrigação de reparar o dano até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido:

Art. 8º O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

E) o filho de Fulano de Tal, apesar de ser menor de idade, estará sujeito à obrigação de reparar o dano causado ao erário pelo pai, restituindo o valor desviado até o limite do valor da herança que lhe tenha sido transferida.

CORRETA. O art. 8º não faz qualquer ressalva em relação à menoridade.

Art. 8º O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

GABARITO E

34 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Na esfera da administração pública, um programa de governo é composto por diversos projetos, daí a importância da gestão desses projetos. E, visando a organização que domine as técnicas e ferramentas da disciplina do gerenciamento de projetos, a fim de apoiá-los e viabilizá-los, tem-se a criação de

- A) hub de projetos.
- B) escritório de projetos.
- C) executor de projetos.
- D) folder de projetos.
- E) cartela de projetos.

Comentário

Segundo o Guia PMBOK®, o Escritório de Projetos ou em inglês, *PMO (Project Management Office)* é uma estrutura organizacional que padroniza os processos de governança relacionados a projetos e facilita o compartilhamento de recursos, metodologias, ferramentas e técnicas.

GABARITO B

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

35 - (1º Simulado Geral. 2022. FCC) Os Estados, o espólio, o condomínio e a massa falida serão representados em Juízo, respectivamente,

- A) pelo Governador do Estado, pelo inventariante, pelo administrador ou síndico e pelo falido.
- B) pelo Governador do Estado, pelo inventariante, pela assembleia de condôminos e pelo juiz.
- C) por seus procuradores, pelo inventariante, pelo administrador ou síndico e pelo administrador judicial.
- D) por seus procuradores, pelos herdeiros, pelo administrador ou síndico e pelo falido.
- E) por seus procuradores, pelos herdeiros, pelo administrador ou síndico e pelo administrador judicial.

Comentário

O art. 75 do CPC assim dispõe:

Art. 75. Serão representados em juízo, **ativa e passivamente:**

I - a União, pela Advocacia-Geral da União, diretamente ou mediante órgão vinculado;

II - o Estado e o Distrito Federal, por seus procuradores;

III - o Município, por seu prefeito, procurador ou Associação de Representação de Municípios, quando expressamente autorizada; (Redação dada pela Lei nº 14.341, de 2022)

IV - a autarquia e a fundação de direito público, por quem a lei do ente federado designar;

V - a massa falida, pelo administrador judicial;

VI - a herança jacente ou vacante, por seu curador;

VII - o espólio, pelo inventariante;

VIII - a pessoa jurídica, por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores;

IX - a sociedade e a associação irregulares e outros entes organizados sem personalidade jurídica, pela pessoa a quem couber a administração de seus bens;

X - a pessoa jurídica estrangeira, pelo gerente, representante ou administrador de sua filial, agência ou sucursal aberta ou instalada no Brasil;

XI - o condomínio, pelo administrador ou síndico.

Esquematizando para a nossa prova:

ENTIDADE	REPRESENTAÇÃO ATIVA E PASSIVA
União	ela Advocacia-Geral da União, diretamente ou mediante órgão vinculado;
Estado e o Distrito Federal	Por seus procuradores
Município	por seu prefeito, procurador ou Associação de Representação de Municípios, quando expressamente autorizada;
Autarquia e a fundação de direito público	Por quem a lei do ente federado designar
Massa falida	Administrador judicial
Herança jacente ou vacante	curador
Espólio	inventariante
Pessoa jurídica	por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores;
Sociedade e a associação irregulares e outros entes organizados sem personalidade jurídica	pessoa a quem couber a administração de seus bens;
Pessoa jurídica estrangeira	pelo gerente, representante ou administrador de sua filial, agência ou sucursal aberta ou instalada no Brasil;
Condomínio	administrador ou síndico.

Portanto, no caso da nossa questão:

- Os Estados serão representados por seus procuradores
- O espólio pelo inventariante
- O condomínio pelo administrador ou síndico
- A massa falida pelo administrador judicial

GABARITO C

36 - (1º Simulado Geral. 2017. FCC) Miguel ajuizou ação de cobrança contra a empresa X, conseguindo demonstrar sua pretensão exclusivamente pela prova documental anexada com a inicial, cuja matéria é objeto de súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal. Neste caso, à luz do Código de Processo Civil, o juiz,

A) liminarmente, desde que o autor demonstre o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, poderá conceder a tutela da evidência.

B) poderá conceder a tutela de evidência, após ouvir obrigatoriamente a parte contrária, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil ao processo.

C) liminarmente, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil ao processo, poderá conceder a tutela da evidência.

D) poderá conceder a tutela de evidência, após ouvir obrigatoriamente a parte contrária, desde que o autor demonstre o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

E) poderá conceder a tutela de urgência, após ouvir obrigatoriamente a parte contrária, desde que o autor comprove a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Comentário

C) liminarmente, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil ao processo, poderá conceder a tutela da evidência.

CORRETA. O enunciado nos informa que Miguel (autor da ação) conseguiu demonstrar sua pretensão exclusivamente pela prova documental, cuja matéria é objeto de súmula vinculante editada pelo STF, circunstâncias que autorizam a concessão da tutela de evidência, nos termos do inciso II do art. 311:

Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

I - ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte;

II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;

III - se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa;

IV - a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente.

E essa tutela de evidência, pautada no inciso II, pode ser decidida liminarmente.

GABARITO C

37 - (1º Simulado Geral. 2024. FCC) Suzane ajuizou demanda indenizatória, porém teve sua petição inicial indeferida, em razão de inépcia desta. Nessa situação, se Suzane interpuser apelação,

A) o recurso deverá ser indeferido, já que o CPC prevê expressamente o cabimento de agravo de instrumento para essa hipótese.

B) o réu deve ser intimado para tomar ciência do processo, sem, contudo, poder apresentar contrarrazões ao recurso.

C) os autos serão remetidos ao tribunal sem a citação da parte requerida.

D) o juiz poderá retratar-se no prazo de cinco dias.

E) no caso de reforma da sentença pelo tribunal, o prazo para contestação será iniciado a partir da publicação do acórdão no diário oficial.

Comentário

A) o recurso deverá ser indeferido, já que o CPC prevê expressamente o cabimento de agravo de instrumento para essa hipótese.

INCORRETA. Cabe apelação mesmo:

Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.

B) o réu deve ser intimado para tomar ciência do processo, sem, contudo, poder apresentar contrarrazões ao recurso.

INCORRETA. Se não houver retração, o réu deve ser citado para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação:

Art. 311

§ 1º Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso.

C) os autos serão remetidos ao tribunal sem a citação da parte requerida.

INCORRETA. Se não houver retração, o réu deve ser citado para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação (art. 331, § 2º, CPC). Somente depois de transcorrido o prazo para a resposta ao recurso os autos serão remetidos ao tribunal.

D) o juiz poderá retratar-se no prazo de cinco dias.

CORRETA. Nos termos do art. 311:

Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.

E) no caso de reforma da sentença pelo tribunal, o prazo para contestação será iniciado a partir da publicação do acórdão no diário oficial.

INCORRETA. No caso de reforma da sentença pelo tribunal, o prazo para contestação será iniciado após a realização da audiência de conciliação ou mediação ou da constatação da impossibilidade ou cancelamento da sua realização (art. 331, § 2º, CPC).

GABARITO D

38 - (1º Simulado Geral. 2023. FCC) Em ação movida por Pedro contra José, este arguiu, em preliminar de contestação, sua ilegitimidade passiva, indicando Patrícia como sujeito passivo da relação jurídica discutida no processo. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, o juiz deverá

A) facultar a Pedro a alteração da petição inicial para substituição do réu, sendo que, realizada a substituição, Pedro reembolsará as despesas de José, mas ficará isento do pagamento de honorários ao procurador deste.

B) facultar a Pedro a alteração da petição inicial para substituição do réu, sendo que, realizada a substituição, Pedro reembolsará as despesas de José e pagará honorários ao procurador deste.

C) extinguir o processo sem resolução do mérito, caso conclua pela ilegitimidade de José, sendo-lhe vedado facultar a Pedro a emenda da petição inicial para substituição do réu depois de apresentada a contestação.

D) extinguir o processo com resolução do mérito, caso conclua pela ilegitimidade de José, sendo-lhe vedado facultar a Pedro a emenda da petição inicial para substituição do réu depois de apresentada a contestação.

E) determinar a substituição de José por Patrícia, independentemente de pedido ou mesmo da concordância de Pedro, caso conclua que ela é, de fato, sujeito passivo da relação jurídica discutida no processo.

Comentário

B) facultar a Pedro a alteração da petição inicial para substituição do réu, sendo que, realizada a substituição, Pedro reembolsará as despesas de José e pagará honorários ao procurador deste.

CORRETA. Essa questão exigiu o conhecimento do art. 338 e parágrafo único do CPC:

Art. 338. Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, **o juiz facultará ao autor, em 15 (quinze) dias, a alteração da petição inicial para substituição do réu.**

Parágrafo único. Realizada a substituição, **o autor reembolsará as despesas e pagará os honorários ao procurador do réu excluído**, que serão fixados entre três e cinco por cento do valor da causa ou, sendo este irrisório, nos termos do art. 85, § 8º.

Portanto:

Alegação de ilegitimidade ou não responsabilidade: O réu, ao contestar a ação, pode alegar que não é a pessoa certa para ser demandada (parte ilegítima) ou que não é o responsável pelo dano ou prejuízo que o autor está reclamando.

Faculdade ao autor para alteração da petição inicial: Quando o réu faz essa alegação, o juiz deve permitir que o autor altere a petição inicial para substituir o réu por quem ele acredita ser a parte correta.

Prazo de 15 dias: O autor terá um prazo de 15 dias para fazer essa alteração na petição inicial.

Reembolso de despesas e honorários: Se o autor realizar a substituição do réu, ele deve reembolsar as despesas que o réu excluído teve no processo.

Honorários do procurador do réu excluído: O autor também deve pagar os honorários advocatícios ao advogado do réu que foi excluído do processo.

Fixação dos honorários: Os honorários devem ser fixados entre 3% e 5% do valor da causa. Se o valor da causa for muito baixo (irrisório), a fixação dos honorários será feita conforme o art. 85, § 8º do CPC, que dispõe sobre a fixação de honorários advocatícios em causas de valor inestimável ou irrisório.

GABARITO B

39 - (1º Simulado Geral. 2018. FCC) Na audiência de instrução e julgamento serão produzidas as provas orais, ouvindo-se

- A) preferencialmente nesta ordem: o perito e os assistentes técnicos; o autor e o réu; e as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
- B) obrigatoriamente nesta ordem: o perito e os assistentes técnicos; o autor e o réu; e as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
- C) preferencialmente nesta ordem: o autor e o réu; as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu; e o perito e os assistentes técnicos.
- D) obrigatoriamente nesta ordem: o autor e o réu; as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu; e o perito e os assistentes técnicos.
- E) obrigatoriamente nesta ordem: o autor e o réu; o perito e os assistentes técnicos; e as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.

Comentário

Essa questão exigiu o conhecimento do art. 361 do CPC:

Art. 361. As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente:

I - o perito e os assistentes técnicos, que responderão aos quesitos de esclarecimentos requeridos no prazo e na forma do art. 477 , caso não respondidos anteriormente por escrito;

II - o autor e, em seguida, o réu, que prestarão depoimentos pessoais;

III - as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu, que serão inquiridas.

Portanto, preferencialmente nesta ordem:

- Perito
- Assistentes técnicos
- Depoimento pessoal do autor
- Depoimento pessoal do réu
- Testemunhas arrolados pelo autor
- Testemunhas arroladas pelo réu

GABARITO A

40 - (1º Simulado Geral. 2009. FCC) Nos processos perante o Juizado Especial Cível instituído pela Lei no 9.099/95, admitir-se-á

- A) a assistência.
- B) a intervenção de terceiro.
- C) o litisconsórcio.
- D) propositura de ação pelo preso.
- E) propositura de ação em face de pessoa jurídica de direito público.

Comentário

A) a assistência.

INCORRETA. Não se admite a assistência:

Art. 10. Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

B) a intervenção de terceiro.

INCORRETA. Também não se admite:

Art. 10. Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

C) o litisconsórcio.

CORRETA. O litisconsórcio se admite:

Art. 10. Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á o litisconsórcio.

D) propositura de ação pelo preso.

INCORRETA. O preso não pode ser parte, nos termos do art. 8º:

Art. 8º **Não poderão ser partes**, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, **o preso**, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

E) propositura de ação em face de pessoa jurídica de direito público.

INCORRETA. As pessoas jurídicas de direito público também não podem ser partes:

Art. 8º **Não poderão ser partes**, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, **o preso**, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

GABARITO C

41 - (1º Simulado Geral. 2018. Outras) Considere as afirmações abaixo, de acordo com a Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial.

I - O uso do meio eletrônico, na tramitação dos processos judiciais, é admitido, indistintamente, nos processos civil, penal e trabalhista, bem como nos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.

II - Para o envio de petições, recursos e para a prática de atos processuais, por meio eletrônico, é obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário.

III - Os tribunais poderão criar Diário de Justiça eletrônico para a publicação de atos judiciais e administrativos próprios.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

Comentário

I - O uso do meio eletrônico, na tramitação dos processos judiciais, é admitido, indistintamente, nos processos civil, penal e trabalhista, bem como nos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.

CORRETA. Nos termos do § 1º do art. 1º:

Art. 1º

§ 1º Aplica-se o disposto nesta Lei, indistintamente, aos processos civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.

II - Para o envio de petições, recursos e para a prática de atos processuais, por meio eletrônico, é obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário.

CORRETA. Está de acordo com o art. 2º:

Art. 2º O envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico serão admitidos mediante uso de assinatura eletrônica, na forma do art. 1º desta Lei, sendo obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos.

III - Os tribunais poderão criar Diário de Justiça eletrônico para a publicação de atos judiciais e administrativos próprios.

CORRETA. Nos termos do art. 4º:

Art. 4º Os tribunais poderão criar Diário da Justiça eletrônico, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos judiciais e administrativos próprios e dos órgãos a eles subordinados, bem como comunicações em geral.

Portanto, todos os itens estão corretos.

GABARITO E

DIREITO PROCESSUAL PENAL

42 - (1º Simulado Geral. 2021. FCC) Sobre a ação penal, de acordo com o Código de Processo Penal,

- A) o inquérito policial é indispensável para a propositura da ação penal pública incondicionada.
- B) na ação penal pública condicionada à representação, sendo esta ato personalíssimo do ofendido, a sua morte acarreta a automática extinção da punibilidade do acusado.
- C) se o querelante deixar de promover seu andamento durante 15 dias seguidos, a ação penal privada restará perempta.
- D) a queixa, ainda quando a ação for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo.
- E) o ofendido decairá no direito de queixa ou representação se não o exercer dentro do prazo de 6 meses, contados do dia do cometimento do fato delituoso.

Comentário

A) o inquérito policial é indispensável para a propositura da ação penal pública incondicionada.

INCORRETA. O inquérito policial não é obrigatório para o oferecimento da denúncia! Veja que o MP vai dispensar o inquérito, caso a representação já contenha elementos que o habilitem a promover a ação penal, ou seja, ele nem precisa de inquérito policial.

Art. 39

(...)

§ 5º O órgão do Ministério Público dispensará o inquérito, se com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e, neste caso, oferecerá a denúncia no prazo de quinze dias.

B) na ação penal pública condicionada à representação, sendo esta ato personalíssimo do ofendido, a sua morte acarreta a automática extinção da punibilidade do acusado.

INCORRETA. No caso de morte do ofendido ou até mesmo quando ele for declarado ausente por decisão judicial, o seu direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão:

Art. 24

§ 1º No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

C) se o querelante deixar de promover seu andamento durante ~~15 dias seguidos~~, a ação penal privada restará perempta.

INCORRETA. A ação penal será considerada perempta quando o querelando deixar de promover o andamento durante 30 dias seguidos:

Art. 60. Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal:

I - quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos;

II - quando, falecendo o querelante, ou sobrevindo sua incapacidade, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo, ressalvado o disposto no art. 36;

III - quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente, ou deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais;

IV - quando, sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir sem deixar sucessor.

D) a queixa, ainda quando a ação for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo.

CORRETA. De fato, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo, conforme art. 45 do CPP:

Art. 45. A queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo.

E) o ofendido decairá no direito de queixa ou representação se não o exercer dentro do prazo de 6 meses, ~~contados do dia do cometimento do fato delituoso.~~

INCORRETA. Esse prazo de 6 meses é contado a partir da data em que o ofendido tomar conhecimento de quem é o autor do crime (e não da data do cometimento do crime):

Art. 38. Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, **contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime**, ou, no caso do art. 29, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.

GABARITO D

43 - (1º Simulado Geral. 2014. FCC) Tendo em conta a disciplina do Código de Processo Penal em relação ao juiz, Ministério Público, acusado e defensor, assistentes e auxiliares da Justiça,

A) a defesa técnica, quando realizada por defensor público ou dativo, será sempre exercida através de manifestação fundamentada.

B) o corréu no mesmo processo poderá intervir como assistente do Ministério Público.

C) as partes poderão intervir na nomeação do perito.

D) da decisão que não admitir o assistente do Ministério Público cabe apelação.

E) o juiz poderá exercer jurisdição no processo em que parente colateral de terceiro grau for parte no feito.

Comentário

A) a defesa técnica, quando realizada por defensor público ou dativo, será sempre exercida através de manifestação fundamentada.

CORRETA. É o que estabelece o parágrafo único do art. 261 do CPP:

Art. 261. Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.

Parágrafo único. **A defesa técnica, quando realizada por defensor público ou dativo, será sempre exercida através de manifestação fundamentada.**

B) o corréu no mesmo processo poderá intervir como assistente do Ministério Público.

INCORRETA. Pois o corréu no mesmo processo não poderá intervir como assistente do MP:

Art. 270. O co-réu no mesmo processo **não poderá intervir como assistente do Ministério Público.**

C) as partes poderão intervir na nomeação do perito.

INCORRETA. Pois as partes não poderão intervir na nomeação do perito:

Art. 276. As partes não intervirão na nomeação do perito.

D) da decisão que não admitir o assistente do Ministério Público cabe apelação.

INCORRETA. Pois não cabe recurso:

Art. 273. Do despacho que admitir, ou não, o assistente, não caberá recurso, devendo, entretanto, constar dos autos o pedido e a decisão.

E) o juiz poderá exercer jurisdição no processo em que parente colateral de terceiro grau for parte no feito.

INCORRETA. Essa é uma hipótese de impedimento:

Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

(...)

IV - ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consangüíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

GABARITO A

44 - (1º Simulado Geral. 2024. Inéditas) Quanto à prisão em flagrante, é correto afirmar que:

- A) Quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por uma testemunha, que tenha ouvido sua leitura na presença deste.
- B) Na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, independentemente de ter prestado compromisso legal.
- C) Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.
- D) Dispensa-se a informação sobre a existência de filhos na lavratura do auto de prisão em flagrante.
- E) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante.

Comentário

A) Quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado ~~por uma~~ testemunha, que tenha ouvido sua leitura na presença deste.

INCORRETA. São 2 testemunhas:

Art. 304

(...)

§ 3o Quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por **duas testemunhas**, que tenham ouvido sua leitura na presença deste.

B) Na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, ~~independentemente de ter prestado compromisso legal.~~

INCORRETA. Precisa prestar compromisso legal:

Art. 305. Na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, **depois de prestado o compromisso legal.**

C) Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

CORRETA. Nos termos do art. 303 do CPP:

Art. 303. Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

D) Dispensa-se a informação sobre a existência de filhos na lavratura do auto de prisão em flagrante.

INCORRETA. Deve constar sim, inclusive respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa:

Art. 304

(...)

§ 4o Da lavratura do auto de prisão em flagrante deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

E) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante.

INCORRETA. Não impede:

Art. 304

(...)

§ 2o **A falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante;** mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.

GABARITO C

45 - (1º Simulado Geral. 2024. Inéditas) A respeito da liberdade provisória, analise as seguintes assertivas:

I) Nos casos em que a fiança tiver sido prestada por meio de hipoteca, a execução será promovida no juízo cível pelo órgão do Ministério Público.

II) Se a fiança consistir em pedras, objetos ou metais preciosos, o juiz determinará a venda por leiloeiro ou corretor.

III) Nos casos em que couber fiança, o juiz, verificando a situação econômica do preso, poderá conceder-lhe liberdade provisória, sujeitando-o às obrigações constantes do Código de Processo Penal e a outras medidas cautelares, se for o caso.

Está correto o que se afirma em:

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) II e III, apenas.

D) III, apenas.

E) I, II e III.

Comentário

I) Nos casos em que a fiança tiver sido prestada por meio de hipoteca, a execução será promovida no juízo cível pelo órgão do Ministério Público.

CORRETA. Nos termos do art. 348:

Art. 348. Nos casos em que a fiança tiver sido prestada por meio de hipoteca, a execução será promovida no juízo cível pelo órgão do Ministério Público.

II) Se a fiança consistir em pedras, objetos ou metais preciosos, o juiz determinará a venda por leiloeiro ou corretor.

CORRETA. Nos termos do art. 349:

Art. 349. Se a fiança consistir em pedras, objetos ou metais preciosos, o juiz determinará a venda por leiloeiro ou corretor.

III) Nos casos em que couber fiança, o juiz, verificando a situação econômica do preso, poderá conceder-lhe liberdade provisória, sujeitando-o às obrigações constantes do Código de Processo Penal e a outras medidas cautelares, se for o caso.

CORRETA. Nos termos do art. 350:

Art. 350. Nos casos em que couber fiança, o juiz, verificando a situação econômica do preso, poderá conceder-lhe liberdade provisória, sujeitando-o às obrigações constantes dos arts. 327 e 328 deste Código e a outras medidas cautelares, se for o caso. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

Parágrafo único. Se o beneficiado descumprir, sem motivo justo, qualquer das obrigações ou medidas impostas, aplicar-se-á o disposto no § 4o do art. 282 deste Código. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

As obrigações constantes dos artigos 327 e 328 são essas:

Art. 327. A fiança tomada por termo obrigará o afiançado a comparecer perante a autoridade, todas as vezes que for intimado para atos do inquérito e da instrução criminal e para o julgamento. Quando o réu não comparecer, a fiança será havida como quebrada.

Art. 328. O réu afiançado não poderá, sob pena de quebramento da fiança, mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante, ou ausentar-se por mais de 8 (oito) dias de sua residência, sem comunicar àquela autoridade o lugar onde será encontrado.

GABARITO E

46 - (1º Simulado Geral. 2015. FCC) Augusto é condenado a cumprir pena de 01 ano de reclusão pelo crime de falsidade ideológica. Habilitou-se durante o trâmite da ação penal um Assistente de Acusação. Inconformado com a condenação Augusto apresenta recurso de apelação para tentar reverter a sentença dentro do prazo de cinco dias. Assinado o termo de apelação Augusto terá prazo para arrazoar o recurso, previsto no Código de Processo Penal e, posteriormente, o Ministério Público terá direito ao mesmo prazo para contrarrazoar. Em seguida, o Assistente de Acusação poderá apresentar suas razões no prazo de:

- A) 03 dias.
- B) 48 horas.
- C) 05 dias.
- D) 08 dias.
- E) 10 dias.

Comentário

O Assistente de Acusação poderá apresentar suas razões no prazo de 03 dias, nos termos do § 1º do art. 600:

Art. 600.

(...)

§ 1º Se houver assistente, este arrazoará, no prazo de três dias, após o Ministério Público.

GABARITO A

47 - (1º Simulado Geral. 2023. Cesgranrio) Em relação à comunicação de operações financeiras suspeitas e que podem se constituir em indícios do crime de lavagem de dinheiro, conforme preconiza a Lei nº 9.613, de 1998, tal comunicação deve ser feita à(ao)

- A) Comissão de Valores Mobiliários - CVM
- B) Conselho Monetário Nacional – CMN
- C) Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF
- D) Banco Central do Brasil – BCB
- E) Ministério Público

Comentário

Em relação à comunicação de operações financeiras suspeitas e que podem se constituir em indícios do crime de lavagem de dinheiro, conforme preconiza a Lei nº 9.613, de 1998, tal comunicação deve ser feita ao COAF:

Art. 48. As instituições referidas no art. 1º devem comunicar ao Coaf as operações ou situações suspeitas de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo.

GABARITO C

48 - (1º Simulado Geral. 2022. Vunesp) Marcelo Papelaria – ME, situada na Avenida da Saudade, no 100, propôs ação de demarcação em face de uma sociedade de economia mista, situada na Avenida da Saudade, nº 120, da qual a União é a principal acionista. A ação proposta tinha por objeto propor a fixação de novos limites, uma vez que o autor entende que a sociedade de economia mista está invadindo o seu terreno. A ação tem por valor da causa cinquenta salários-mínimos e, por tal razão, foi proposta perante Juizado Especial Cível Federal.

Considerando a situação hipotética, a referida ação

- A) não poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que microempresas não podem ser autoras nos Juizados Especiais Federais.
- B) não poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que a matéria objeto da ação está expressamente excluída da competência dos Juizados Especiais Federais.
- C) poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que sociedades de economia mista podem ser rés nos Juizados Especiais Federais.
- D) poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal. No entanto, a competência para julgar seria do Juizado Especial Estadual, uma vez que, por tratar-se de ação demarcatória, a análise não cabe à União, mas sim ao Município ou ao Distrito Federal.

E) não poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que o valor da causa ultrapassa a alçada de quarenta salários- mínimos.

Comentário

A) não poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que microempresas não podem ser autoras nos Juizados Especiais Federais.

INCORRETA. As microempresas podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível:

Art. 6º Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível:

I – como autores, as pessoas físicas e **as microempresas** e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei no 9.317, de 5 de dezembro de 1996;

II – como réus, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.

B) não poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que a matéria objeto da ação está expressamente excluída da competência dos Juizados Especiais Federais.

CORRETA. A ação tem por objeto “propor a fixação de novos limites, uma vez que o autor entende que a sociedade de economia mista está invadindo o seu terreno”, ou seja, trata-se de DEMARCAÇÃO, tema que está expressamente excluído da competência:

Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:

I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e **demarcação**, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;

III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.

C) poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que sociedades de economia mista podem ser rés nos Juizados Especiais Federais.

INCORRETA. Sociedades de economia mista não podem ser rés nos Juizados Especiais Federais:

Art. 6º Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível:

I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei no 9.317, de 5 de dezembro de 1996;

II – como rés, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.

D) poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal. No entanto, a competência para julgar seria do Juizado Especial Estadual, uma vez que, por tratar-se de ação demarcatória, a análise não cabe à União, mas sim ao Município ou ao Distrito Federal.

INCORRETA. Não poderia ser proposta, em razão do objeto da ação.

E) não poderia ser proposta perante o Juizado Especial Cível Federal, uma vez que o valor da causa ultrapassa a alçada de quarenta salários- mínimos.

INCORRETA. Pelo valor da causa, poderia sim ter sido proposta no Juizado Especial Cível Federal, que é até 60 salários-mínimos:

Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

GABARITO B

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

49 - (1º Simulado Geral. 2019. FCC) Perseu está se preparando para uma prova de concurso público para cargo de auditor do INSS. Dentre os pontos a serem cobrados em Direito Previdenciário e da Seguridade Social está a forma de gestão da Seguridade Social, conforme previsão da CF de 1988. Sobre a mesma, pode-se dizer que é

- A) centralizada na União, com gestão tripartite, com representantes dos trabalhadores, empregadores e do Governo.
- B) descentralizada, com gestão quadripartite, com representantes dos trabalhadores, empregadores, aposentados e do Governo.
- C) centralizada na União, com gestão paritária entre membros do Governo e representante dos aposentados.
- D) descentralizada, com gestão tripartite, com representantes dos trabalhadores, empregadores e dos aposentados, sob coordenação do Governo.
- E) centralizada na União, com gestão tripartite, contando com representantes dos trabalhadores, aposentados e do Governo.

Comentário

A gestão da seguridade social será **QUADRIPARTITE**, de índole **DEMOCRÁTICA** e **DESCENTRALIZADA**, envolvendo:

- Trabalhadores
- Empregadores
- Aposentados
- Poder Público (Governo)

É o que estabelece o art. 194, parágrafo único, inciso VI, da CF/88:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

(...)

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

GABARITO B

50 - (1º Simulado Geral. 2022. FCC) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à

- A) educação, previdência e assistência social.
- B) saúde, previdência e assistência social.
- C) saúde, cultura e assistência social.
- D) educação, cultura e comunicação social.
- E) saúde, previdência e comunicação social.

Comentário

Essa questão exigiu o conhecimento do art. 194 da CF/88:

CF/88

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

GABARITO B

51 - (1º Simulado Geral. 2018. FCC) Empregado, segurado obrigatório da Previdência Social, é aquele que presta serviço de natureza

- A) apenas urbana à empresa, em caráter eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
- B) urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
- C) apenas rural à empresa, em caráter eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.

D) urbana ou rural à empresa, em caráter eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, exceto como diretor empregado.

E) urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sem subordinação e mediante remuneração, exceto como diretor empregado.

Comentário

Trata-se basicamente da cobrança do conteúdo do art. 12, inciso I, "a", da Lei 8.212/91.

Art. 12. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

I - como empregado:

a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;

GABARITO B

52 - (1º Simulado Geral. 2018. FCC) De acordo com a Lei nº 8.213/1991, o valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de

A) 30%, acréscimo este que cessará com a morte do aposentado, não sendo incorporável ao valor da pensão.

B) 25%, acréscimo este que não cessará com a morte do aposentado, sendo incorporável ao valor da pensão.

C) 30%, ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal.

D) 25%, ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal.

E) 15%, acréscimo este que não cessará com a morte do aposentado, sendo incorporável ao valor da pensão.

Comentário

Segundo a Lei nº 8.213/1991:

Art. 45. O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único. O acréscimo de que trata este artigo:

- a) será devido ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal;**
- b) será recalculado quando o benefício que lhe deu origem for reajustado;**
- c) cessará com a morte do aposentado, não sendo incorporável ao valor da pensão.**

GABARITO D

53 - (1º Simulado Geral. 2018. FCC. Atualizada) Atenção: Para responder à questão, considere a Lei nº 8.213/1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

Sobre os períodos de carência, considere:

- I. Apenas a pensão por morte e o salário-família são devidos sem observância de quaisquer períodos de carência.
- II. O período de carência do auxílio-doença será sempre de 12 contribuições mensais, independente da causa da doença.
- III. O auxílio-reclusão será devido aos dependentes do segurado sem a exigência de qualquer período de carência.
- IV. A aposentadoria especial tem prazo de carência de 180 contribuições mensais.

Está correto o que consta APENAS em

- A) II e IV.
- B) IV.
- C) I e II.
- D) II e III.
- E) I e IV.

Comentário

I. Apenas a pensão por morte e o salário-família são devidos sem observância de quaisquer períodos de carência.

INCORRETA. Há outros benefícios que também independem de carência para o seu recebimento:

Lei 8.213/91

Art. 26. Independente de carência a concessão das seguintes prestações:

I - pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente;

II - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Previdência Social, atualizada a cada 3 (três) anos, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado; (Redação dada pela Lei nº 13.135, de 2015)

III - os benefícios concedidos na forma do inciso I do art. 39, aos segurados especiais referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei;

IV - serviço social;

V - reabilitação profissional.

VI – salário-maternidade para as seguradas empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica.

II. O período de carência do auxílio-doença será sempre de 12 contribuições mensais, ~~independente da causa da doença.~~

INCORRETA. Temos duas espécies de benefício de auxílio-doença: o previdenciário que exige carência de 12 contribuições mensais e o acidentário (laboral e o decorrente de acidente de qualquer natureza), o qual independe de carência, nos termos do art. 26, II:

Art. 26. Independente de carência a concessão das seguintes prestações:

(...)

II - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Previdência Social, atualizada a cada 3 (três) anos, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado; (Redação dada pela Lei nº 13.135, de 2015)

III. O auxílio-reclusão será devido aos dependentes do segurado sem a exigência de qualquer período de carência.

INCORRETA. O auxílio-reclusão era um benefício tradicionalmente sem carência e, com a reforma de 2019, passou a exigir uma carência de 24 contribuições:

Art. 25. A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26:

I - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais;

II - aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial: 180 contribuições mensais. (Redação dada pela Lei nº 8.870, de 1994)

III - salário-maternidade para as seguradas de que tratam os incisos V e VII do caput do art. 11 e o art. 13 desta Lei: 10 (dez) contribuições mensais, respeitado o disposto no parágrafo único do art. 39 desta Lei; e (Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)

IV - auxílio-reclusão: 24 (vinte e quatro) contribuições mensais. (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)

IV. A aposentadoria especial tem prazo de carência de 180 contribuições mensais.

CORRETA. Vide inciso II acima destacado.

Portanto, apenas o item IV está correto.

GABARITO B

54 - (1º Simulado Geral. 2014. FCC) No caso de falecimento da segurada que fizer jus ao recebimento do salário-maternidade, o benefício

- A) cessará, uma vez que a prestação é devida exclusivamente à segurada.
- B) será pago, por todo o período ou pelo tempo restante a que teria direito, ao cônjuge ou companheiro sobrevivente que tenha a qualidade de segurado.
- C) será pago aos representantes legais da criança, caso tenham a qualidade de segurado.
- D) será transformado em pensão por morte.
- E) será transformado em pecúlio.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do art. 71-B da Lei 8.213/91:

Art. 71-B. No caso de falecimento da segurada ou segurado que fizer jus ao recebimento do salário-maternidade, o benefício será pago, por todo o período ou pelo tempo restante a que teria direito, ao cônjuge ou companheiro sobrevivente que tenha a qualidade de segurado, exceto no caso do falecimento do filho ou de seu abandono, observadas as normas aplicáveis ao salário-maternidade. (Incluído pela Lei nº 12.873, de 2013) (Vigência)

§ 1º O pagamento do benefício de que trata o caput deverá ser requerido até o último dia do prazo previsto para o término do salário-maternidade originário. (Incluído pela Lei nº 12.873, de 2013) (Vigência)

§ 2º O benefício de que trata o caput será pago diretamente pela Previdência Social durante o período entre a data do óbito e o último dia do término do salário-maternidade originário e será calculado sobre (Incluído pela Lei nº 12.873, de 2013) (Vigência)

I - a remuneração integral, para o empregado e trabalhador avulso; (Incluído pela Lei nº 12.873, de 2013) (Vigência)

II - o último salário-de-contribuição, para o empregado doméstico; (Incluído pela Lei nº 12.873, de 2013) (Vigência)

III - 1/12 (um doze avos) da soma dos 12 (doze) últimos salários de contribuição, apurados em um período não superior a 15 (quinze) meses, para o contribuinte individual, facultativo e desempregado; e (Incluído pela Lei nº 12.873, de 2013) (Vigência)

IV - o valor do salário mínimo, para o segurado especial. (Incluído pela Lei nº 12.873, de 2013) (Vigência)

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo ao segurado que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção. (Incluído pela Lei nº 12.873, de 2013) (Vigência)

GABARITO B

DIREITO TRIBUTÁRIO

55 - (1º Simulado Geral. 2003. FCC) O empréstimo compulsório poderá ser instituído

A) pelas empresas públicas, autarquias e fundações no caso de urgência e interesse público relevante, não sendo necessário que ele seja cobrado no mesmo exercício financeiro em que foi criado.

B) pelos Estados e Municípios para atender a despesas extraordinárias de calamidades públicas, de conflito social ou sua iminência, devendo observar o princípio da legalidade.

C) pela União no caso de investimento público de caráter urgente e relevante interesse nacional, observando-se que não poderá ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu.

D) pela União, sempre que houver necessidade de intervenção no domínio econômico de interesse de categorias profissionais ou econômicas, devendo observar o princípio da legalidade.

E) pelos Municípios nos casos de sistemas ou fundos de seguridade e assistência social, cobrada apenas de seus servidores, para o respectivo custeio em benefício destes, observando-se o princípio da legalidade.

Comentário

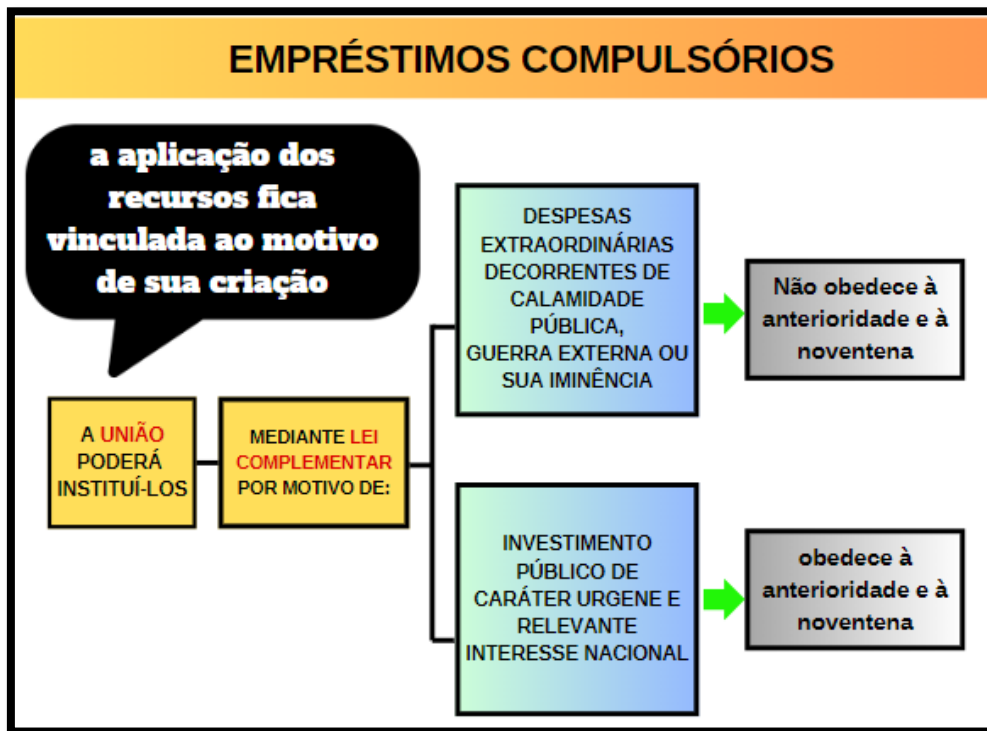
Essa questão exigiu o conhecimento do art. 148 da CF:

Art. 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios:

I - para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência;

II - no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, "b".

Parágrafo único. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.



GABARITO C

56 - (1º Simulado Geral. 2019. FCC) Considerando as limitações ao poder de tributar impostas pela Constituição Federal de 1988 aos entes federados, tem-se que

A) é vedado aos entes federados instituir tratamento tributário não uniforme em todo o território nacional, salvo em razão da procedência e destino do bem ou serviço tributado.

B) apenas os impostos sujeitam-se ao princípio da anterioridade, de forma que as taxas e contribuições de melhoria podem incidir sobre fatos geradores ocorridos antes da lei que as instituir, desde que a cobrança ocorra no exercício subsequente.

C) a vedação à tributação recíproca entre entes federados alcança todas as espécies tributárias, não impedindo, contudo, a tributação, pela União, dos ganhos de capital de Estados e Municípios com a alienação de imóveis não afetados a serviço público.

D) as taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos e, assim como estes, somente podem ser cobradas no exercício posterior à sua instituição e após noventa dias da publicação da lei de criação.

E) é vedada a instituição, em caráter permanente ou temporário, de quaisquer impostos extraordinários ou especiais, não constantes do rol exaustivo previsto pela Constituição Federal de 1988.

Comentário

A) é vedado aos entes federados instituir tratamento tributário não uniforme em todo o território nacional, ~~salvo em razão da procedência e destino do bem ou serviço tributado.~~

INCORRETA. A exceção colocada nessa alternativa é proibida:

Art. 152. É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

Princípio da Igualdade Tributária:

O artigo 152 reflete o princípio fundamental da igualdade tributária, garantindo que não haja discriminação na tributação entre bens e serviços com base em sua origem ou destino. Isso significa que os entes federativos não podem estabelecer tratamento tributário diferenciado para produtos ou serviços similares apenas por causa de sua procedência ou destino.

Prevenção contra a Guerra Fiscal:

Essa disposição constitucional busca prevenir práticas de guerra fiscal entre os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, onde entes federativos competiriam entre si por meio de benefícios fiscais e tributários para atrair investimentos e atividades econômicas. A proibição de diferenciação tributária com base em procedência ou destino contribui para promover uma competição mais saudável e equilibrada entre as unidades federativas.

B) apenas os impostos sujeitam-se ao princípio da anterioridade, de forma que as taxas e contribuições de melhoria podem incidir sobre fatos geradores ocorridos antes da lei que as instituir, desde que a cobrança ocorra no exercício subsequente.

INCORRETA. O princípio da anterioridade se aplica aos TRIBUTOS (impostos, taxas e contribuições de melhoria).

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

III - cobrar **tributos**:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;

C) a vedação à tributação recíproca entre entes federados alcança ~~todas as espécies tributárias~~, não impedindo, contudo, a tributação, pela União, dos ganhos de capital de Estados e Municípios com a alienação de imóveis não afetados a serviço público.

INCORRETA. A imunidade tributária incide somente sobre impostos, não alcançando taxas por exemplo:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

VI - instituir **impostos** sobre: (Vide Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;

b) entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

e) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 75, de 15.10.2013)

ATENÇÃO: A IMUNIDADE PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL SÓ SE REFERE A IMPOSTOS!

D) as taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos e, assim como estes, somente podem ser cobradas no exercício posterior à sua instituição e após noventa dias da publicação da lei de criação.

CORRETA. De fato, as taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos:

Art. 145

(...)

§ 2º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

E é certo que é VEDADO à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou e antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

~~E) é vedada a instituição, em caráter permanente ou temporário, de quaisquer impostos extraordinários ou especiais, não constantes do rol exaustivo previsto pela Constituição Federal de 1988.~~

INCORRETA. Pois a CF/88 autorizou à União instituir, MEDIANTE LEI COMPLEMENTAR, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição.

Também poderá instituir na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação:

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

I - importação de produtos estrangeiros;

II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

III - renda e proventos de qualquer natureza;

IV - produtos industrializados;

V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VI - propriedade territorial rural;

VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

(...)

Art. 154. A União poderá instituir:

I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;

II - na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

GABARITO D

57 - (1º Simulado Geral. 2023. FCC) Conforme estabelece o Código Tributário Nacional, a obrigação tributária principal surge com

- A) a ocorrência do fato gerador e a obrigação tributária acessória decorre da legislação tributária.
- B) a sujeição ativa e a obrigação tributária acessória decorre da sujeição passiva.
- C) a capacidade tributária e a obrigação tributária acessória decorre da solidariedade tributária.
- D) o lançamento tributário e a obrigação tributária acessória decorre do crédito tributário.
- E) a administração tributária e a obrigação tributária acessória decorre da fiscalização tributária.

Comentário

De acordo com o art. 113 do CTN:

1) OBRIGAÇÃO PRINCIPAL: surge com a ocorrência do fato gerador.

2) OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA: decorre da legislação tributária

Vejamos a disposição legal:

Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

Importante se atentarmos às diferenças:

OBRIGAÇÃO PRINCIPAL	OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA
Art. 113, § 1º, do CTN	Art. 113, § 2º, do CTN
Surge com o fato gerador	Decorre da legislação tributária

Objeto: pagamento de tributo ou penalidade pecuniária	Objeto: prestações, positivas ou negativas, no interesse da arrecadação ou fiscalização
-----	Se descumprida, converte-se em principal
Ex: imposto, multa	Ex: emitir nota, manter livros fiscais

Fonte: Mazza, Alexandre. Curso de direito tributário. Disponível em: Minha Biblioteca, (10th edição). SRV Editora LTDA, 2024.

GABARITO A

58 - (1º Simulado Geral. 2019. FCC) No capítulo que trata de responsabilidade tributária, o Código Tributário Nacional (CTN) estabelece que

A) a pessoa jurídica de direito privado que resultar de cisão, fusão ou incorporação de outra é responsável apenas pelos tributos devidos após a data do ato, sendo que os débitos anteriores ao ato são de responsabilidade integral das pessoas jurídicas cindidas, fundidas ou incorporadas, e seus respectivos sócios, titulares, controladores e gestores.

B) a responsabilidade dos sucessores ocorre quando pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, adquire, em leilão judicial, fundo de comércio ou estabelecimento, comercial, industrial ou profissional, em processo de falência, e continua a exploração da respectiva atividade.

C) em processo da falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de um ano, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais ou de créditos que preferem ao tributário.

D) a responsabilidade relativa às infrações à legislação tributária é excluída na hipótese de denúncia espontânea, desde que acompanhada de recolhimento, ou de parcelamento, do valor integral do tributo, acrescido dos juros de mora e multa moratória devidos.

E) em regra, o crédito tributário não pode ser exigido de terceiro, que não seja o contribuinte ou o responsável, mas admite tal cobrança, com caráter solidário e sem benefício de ordem, em relação aos pais e avós pelos tributos devidos por seus filhos e netos menores e em relação aos sócios, pelos tributos devidos pela sociedade simples ou empresarial.

Comentário

A) a pessoa jurídica de direito privado que resultar de cisão, fusão ou incorporação de outra é responsável apenas pelos tributos devidos após a data do ato, sendo que os débitos anteriores ao ato são de responsabilidade integral das pessoas jurídicas cindidas, fundidas ou incorporadas, e seus respectivos sócios, titulares, controladores e gestores.

INCORRETA. Pois a responsabilidade por sucessão empresarial ocorre até à data do ato da sucessão (e não após a tal data):

Art. 132. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos **até à data do ato** pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

B) a responsabilidade dos sucessores ocorre quando pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, adquire, em leilão judicial, fundo de comércio ou estabelecimento, comercial, industrial ou profissional, ~~em processo de falência, e continua a exploração da respectiva atividade.~~

INCORRETA. Na aquisição em leilão judicial de fundo de comércio ou estabelecimento, em relação à pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial, como regra não existe responsabilidade do adquirente.

Art. 133

(...)

§ 1o O disposto no caput deste artigo não se aplica na hipótese de alienação judicial: (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005)

I – em processo de falência; (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005)

II – de filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial. (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005)

§ 2o Não se aplica o disposto no § 1o deste artigo quando o adquirente for: (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005)

I – sócio da sociedade falida ou em recuperação judicial, ou sociedade controlada pelo devedor falido ou em recuperação judicial; (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005)

II – parente, em linha reta ou colateral até o 4o (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do devedor falido ou em recuperação judicial ou de qualquer de seus sócios; ou (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005)

III – identificado como agente do falido ou do devedor em recuperação judicial com o objetivo de fraudar a sucessão tributária. (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005)

Portanto, com o advento da Lei Complementar n. 118/2005, o art. 133 sofreu o acréscimo de três parágrafos, todos relacionados aos procedimentos de falência e de recuperação judicial, no sentido de que o adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento comercial não responde pelos débitos da empresa adquirida, salvo se for sócio, parente (até o 4º grau) ou agente do falido ou devedor.

C) em processo da falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de um ano, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais ou de créditos que preferem ao tributário.

CORRETA. É o que estabelece o § 3º do art. 133:

Art. 133

(...)

§ 3º Em processo da falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data de alienação, somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais ou de créditos que preferem ao tributário. (Incluído pela Lcp nº 118, de 2005)

Portanto:

1) Em processo da falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data de alienação:

- Nesse caso, após a alienação judicial de uma empresa, filial ou unidade produtiva isolada durante o processo de falência, o valor obtido com essa alienação será mantido em uma conta de depósito sob a guarda do juízo da falência. Esse valor permanecerá nessa conta pelo período de 1 ano a partir da data da alienação.

2) Somente podendo ser utilizado para o pagamento de créditos extraconcursais ou de créditos que preferem ao tributário:

- Durante esse período de um ano, o valor proveniente da alienação só poderá ser utilizado para o pagamento de créditos chamados de "extraconcursais", ou seja, aqueles que não foram submetidos ao processo de falência, ou para o pagamento de créditos que têm preferência em relação aos créditos tributários, ou seja, aqueles que têm prioridade de pagamento sobre os créditos fiscais.

D) a responsabilidade relativa às infrações à legislação tributária é excluída na hipótese de denúncia espontânea, desde que acompanhada de recolhimento, ~~ou de parcelamento~~, do valor integral do tributo, acrescido dos juros de mora e multa moratória devidos.

INCORRETA. Pois para exclusão da responsabilidade por infrações, a denúncia espontânea deve ser acompanhada do pagamento integral, não se admitindo o parcelamento, acrescido dos juros de mora apenas.

E) em regra, o crédito tributário não pode ser exigido de terceiro, que não seja o contribuinte ou o responsável, mas admite tal cobrança, com caráter solidário e sem benefício de ordem, em relação aos pais e avós pelos tributos devidos por seus filhos e netos menores e em relação aos sócios, pelos tributos devidos pela sociedade simples ou empresarial.

INCORRETA. Na responsabilidade de terceiros, o CTN apenas remete à obrigação dos pais para com os filhos, e não dos avós para com os netos. Por fim, a obrigação do sócio, na responsabilidade de terceiros, ocorre somente quando estivermos diante de um caso de liquidação de sociedades de pessoas, e não indistintamente pelos tributos devidos pela sociedade simples ou empresarial:

Art. 134. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores

(...)

VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

GABARITO C

59 - (1º Simulado Geral. 2021. FCC) De acordo com a disciplina do Código Tributário Nacional, a decadência tributária tem seu prazo de fluência

A) computado em dobro, quando a pessoa jurídica de direito público interno competente para instituir e lançar o tributo tiver sido constituída, há menos de dez anos, pelo desmembramento territorial de outra.

B) contado, entre outras hipóteses, da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

C) computado em dobro, relativamente ao lançamento de taxas, quando o Município tiver sido assolado por catástrofes climáticas durante dois exercícios consecutivos ou por três exercícios intercalados.

D) interrompido pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.

E) reduzido em cinquenta por cento, quando o Município tiver sido assolado por calamidades públicas, por dois exercícios consecutivos, no mínimo, durante a fluência do prazo decadencial.

Comentário

A decadência está prevista no art. 173 do CTN:

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

GABARITO B

60 - (1º Simulado Geral. 2008. FCC) Se o sujeito passivo tem que prestar declaração com informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação, para só então o Fisco proceder ao lançamento, notificando o sujeito passivo, está-se diante da modalidade de lançamento

- A) por homologação.
- B) por autolançamento.
- C) por declaração.
- D) direto.
- E) de ofício.

Comentário

Se o sujeito passivo tem que prestar declaração com informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação, para só então o Fisco proceder ao lançamento, é caso de LANÇAMENTO POR DECLARAÇÃO.

O lançamento pode ser feito em três modalidades distintas: de ofício, por declaração ou por homologação.

O lançamento de ofício ou direto é aquele realizado pela autoridade administrativa sem a participação do sujeito passivo. O mais conhecido exemplo de lançamento direto ou de ofício é o IPTU, imposto predial e territorial urbano de âmbito municipal. Algumas taxas também são bons exemplos, como a taxa de lixo, enviada juntamente com o IPTU por algumas administrações municipais. Mas além disso, como observado pelos parágrafos anteriores, o lançamento de ofício também é utilizado para retificar lançamentos erroneamente verificados pela autoridade administrativa, e até mesmo para aplicar penalidades por infrações.

O lançamento misto ou por declaração é aquele no qual existem informações importantes para a base de cálculo, alíquota ou as duas coisas a serem informadas via declaração pelo sujeito passivo. Ou seja, o que faz desta modalidade sua essência não é o simples ato de preencher declarações do sujeito passivo, mas prestar informações sem as quais não é possível realizar o lançamento. Exemplos disso são o ITBI, imposto de transmissão de bens imóveis intervivos, municipal, e a taxa de coleta de lixo hospitalar cobrada pelo município de São Paulo.

O lançamento por homologação ou autolançamento é aquele em que o sujeito passivo presta as informações, calcula o montante do tributo devido e realiza o pagamento do tributo, ficando este pagamento sob condição resolutória da análise da autoridade administrativa que, verificando os dados referentes ao tributo recolhido, expressamente (comunica ao sujeito passivo) ou tacitamente (não comunicando o sujeito passivo), o homologa. Desta maneira, existem algumas características deste lançamento que o tornam peculiar: o sujeito passivo faz quase tudo – e é desta constatação que vem o termo tecnicamente impreciso “autolançamento”.

Impreciso porque trata da modalidade por homologação como se o sujeito passivo lançasse – coisa que somente pode ser realizada pela autoridade administrativa. E a condição é resolutória

porque não é pendente de implemento de condição – mas, caso haja qualquer problema, retroage até a data do fato gerador da obrigação tributária. E a sua homologação do pagamento somente pode ser realizada pela autoridade administrativa. A esmagadora maioria dos tributos é lançada por homologação.

GABARITO C

GABARITO

1B	2A	3C	4D	5E	6C	7B	8D	9A	10E
11A	12C	13C	14C	15A	16E	17A	18E	19D	20D
21E	22B	23D	24D	25E	26A	27D	28E	29B	30B
31B	32E	33E	34B	35C	36C	37D	38B	39A	40C
41E	42D	43A	44C	45E	46A	47C	48B	49B	50B
51B	52D	53B	54B	55C	56D	57A	58C	59B	60C